

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA – 1ª REGIÃO/RJ

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO
DE 2018**

Rio de Janeiro - 2018



Sumário:

Apresentação	02
1 Visão Geral da Unidade	03
2 Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional	06
3 Governança	45
4 Áreas Especiais da Gestão	51
5 Relacionamento com a Sociedade.....	57
6 Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle	59



Apresentação

Neste relatório, serão apresentados os resultados de todas as ações promovidas pelo Corecon-RJ em 2018, em conformidade com a legislação em vigor. Os projetos desenvolvidos em 2018 foram divididos em 5 áreas: Projeto 1 – Valorização da profissão; Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora; Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa; Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira; Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional. Cada um desses projetos reúne um conjunto de ações que foram desempenhadas por cada Secretaria da Autarquia.

A estrutura do relatório foi dividido da seguinte forma:

- 1- Visão Geral da Unidade
- 2- Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional
- 3- Governança
- 4- Áreas Especiais da Gestão
- 5- Relacionamento com a Sociedade
- 6- Informações Contábeis e Desempenho Orçamentário e Financeiro
- 7- Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle



1 – Visão Geral da Entidade

1.1 – Identificação da Entidade:

Identificação da Entidade	
Denominação Completa: Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ	
Denominação Abreviada: Corecon-RJ	
Natureza Jurídica: Autarquia Federal	CNPJ: 29.168.010/0001-12
Principal Atividade: Fiscalização Profissional	Código CNAE: 84.11-6
Telefone: 21-2103-0178 FAX: 21-2103-0106	
Endereço Eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br	
Página na Internet: www.corecon-rj.org.br	
Endereço Postal: Av. Rio Branco, n.º 109, 19º andar. Centro. Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20.040-004	

1.2 – Finalidade e Competências Institucionais:

Fiscalização do exercício da profissão de economista e registro de pessoas jurídicas e físicas no estado do Rio de Janeiro.

1.3 – Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade:

- Normas de criação: Leis 1.411/51; 6.021/74; 6.206/75; 6.537/78; 6.839/80; 12.514/11. Decreto 31.794/52;
- Consolidação da legislação profissional do Economista editada pelo Conselho Federal de Economia;
- Regimento Interno do Conselho Regional de Economia da 1ª. Região – RJ;
- Resoluções Corecon-RJ n.º 01/2018 (Renovação do 3º Terço do Plenário), n.º 02/2018 (Eleição do Presidente e Vice-Presidente), n.º 03/2018 (Designação da Comissão de Tomada de Contas), n.º 04/2018 (Designação da Comissão de Licitação) e n.º 05/2018 (Designação dos responsáveis pela movimentação financeira e assinatura de cheques).

1.4 – Breve Histórico da Entidade:

O Conselho Regional de Economia da 1ª Região é uma Autarquia Federal, dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela Lei n.º 1.411, de 13 de agosto de 1951; regulamentada pelo Decreto n.º



31.794, de 17 de novembro de 1952; com alterações dadas pelas Leis n.ºs 6.021, de 03 de janeiro de 1974 e 6.537, de 19 de junho de 1978. O Corecon do Estado do Rio de Janeiro, por ser o regional mais antigo é denominado como "1ª Região".

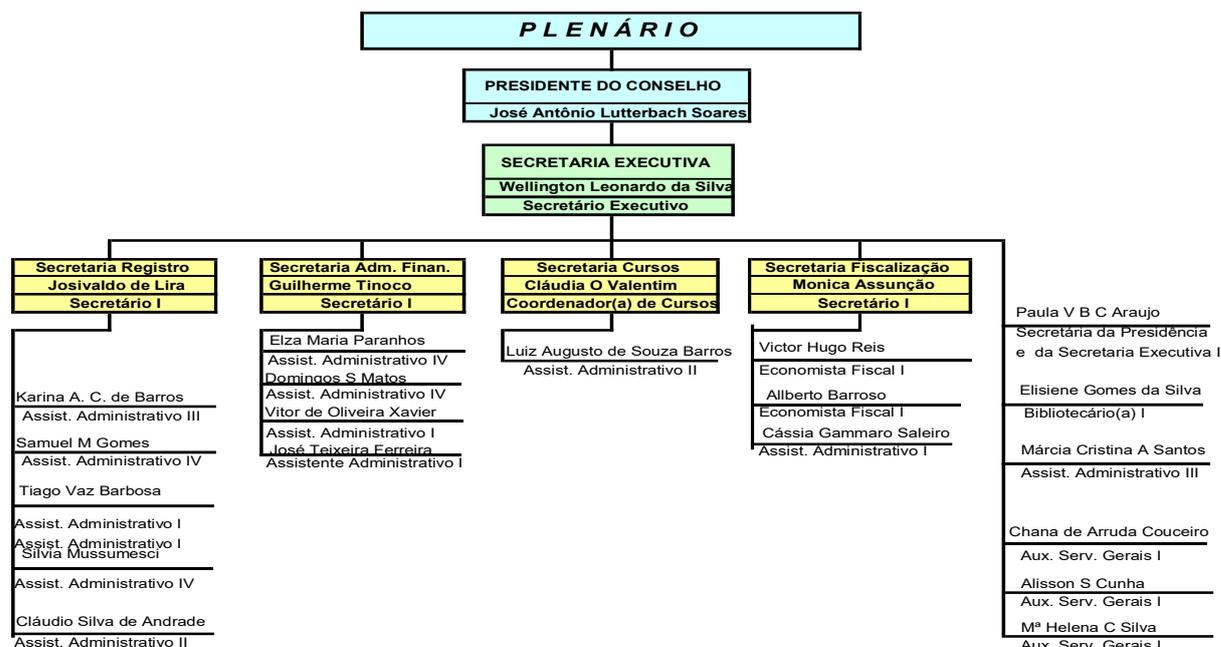
1.5 – Organograma:

Áreas Estratégicas	Competência	Titular	Cargo	Período de atuação
Plenário	Instância deliberativa máxima da Autarquia, integrado por 09 (nove) conselheiros efetivos, substituíveis por suplentes em igual número, todos eleitos em conformidade com as disposições legais e infra legais mencionadas no subitem 1.2, responsável pela definição das macro ações a serem implementadas pelas Secretarias do Conselho	Não há titular para esta área	Conselheiro	Janeiro a Dezembro de 2018
Presidência	Órgão responsável pelo macro gerenciamento da Autarquia e acompanhamento da execução das ações definidas pelo Plenário, em função das competências jurídicas da Autarquia.	José Antonio Lutterbach Soares	Presidente	Janeiro a Dezembro de 2018
Secretaria Executiva	Órgão executivo encarregado de coordenar a ação de todas as demais secretarias na execução das atividades definidas pelo Plenário e pela Presidência da Autarquia.	Wellington Leonardo da Silva	Secretário Executivo	Janeiro a Dezembro de 2018
Secretaria de Administração e Finanças	Encarregada de coordenar, orientar e supervisionar a execução das atividades vinculadas à gerência financeira, gestão de pessoal, compras, contas a pagar e conservação e controle dos bens patrimoniais.	Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos	Secretário de Adm. e Finanças	Janeiro a Dezembro de 2018
Secretaria de Fiscalização	Encarregada de efetuar a fiscalização do exercício profissional das pessoas físicas e jurídicas que operam no campo da ciência econômica, monitorar a obediência à legislação profissional pelos economistas,	Monica Assunção Silva	Secretária de Fiscalização	Janeiro a Dezembro de 2018

	empresas, promotores de concursos públicos e da condução técnica dos processos de ética.			
Secretaria de Registro	Encarregada de efetuar os registros das pessoas físicas e jurídicas, da cobrança administrativa e jurídica das anuidades devidas pelos registrados e de suas relações institucionais com a Autarquia.	Josivaldo de Lira	Secretário de Registro	Janeiro a Dezembro de 2018
Secretaria de Cursos	Encarregada de prospectar e coordenar a execução de cursos de aperfeiçoamento profissional para os economistas e alunos de economia.	Claudia Oliveira Colares Valentim	Coordenadora de Cursos	Janeiro a Dezembro de 2018
Biblioteca	Responsável pela guarda e administração do acervo técnico, dos processos de registro e de fiscalização da Autarquia.	Elisiane Gomes da Silva e Silva	Bibliotecária	Janeiro a Dezembro de 2018

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA - RIO DE JANEIRO

ORGANOGRAMA COMPLETO - 2018





2 – Planejamento Organizacional e Desempenhos Orçamentário e Operacional

2.1 – Planejamento Organizacional

O Programa de Trabalho do Conselho Regional de Economia do Estado do Rio de Janeiro para o exercício de 2018 teve como fio condutor a linha de planejamento estratégico, iniciado há 17 (dezesesseis) anos na Autarquia, destinado a promover a modernização dos instrumentos de gestão da entidade, de forma a capacitá-la para o cumprimento de sua missão institucional, tendo como prioridades os esforços para promover a valorização profissional do economista; a fiscalização do exercício profissional; garantir a potencialidade da capacidade financeira via ingresso de novos registros, manutenção da política de tratamento da inadimplência e proteção das reservas; o aprofundamento do processo de aprimoramento da estrutura administrativa; a ampliação dos laços com os demais conselhos regionais de fiscalização da profissão e sindicatos de economistas; o aprofundamento da estratégia de divulgação da imagem institucional do Corecon-RJ, pela ampliação de suas interlocuções com a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituições de ensino superior, organizações não governamentais e imprensa.

As ações que compunham o Plano de Trabalho foram classificadas em cinco projetos, a saber:

- Projeto 1 – Valorização da profissão
- Projeto 2 – Intensificação da ação fiscalizadora
- Projeto 3 – Aprimoramento da estrutura administrativa
- Projeto 4 – Potencialização da capacidade financeira
- Projeto 5 – Fortalecimento da imagem institucional

2.2 – Ações adotadas para atingir os objetivos estratégicos:

2.2.1 – Valorização da Profissão

2.2.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais conselhos regionais e o Conselho Federal;

2.2.1.2 – monitorar a tramitação do PLS 658/07 e contribuir para seu aprimoramento;

2.2.1.3 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional economista a partir da legislação existente;

2.2.1.4 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

2.2.1.5 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de Economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições;

- 2.2.1.6 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado;
- 2.2.1.7 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado;
- 2.2.1.8 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários;
- 2.2.1.9 – realizar a sétima Gincana Estadual de Economia;
- 2.2.1.10 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho;
- 2.2.1.11 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado;
- 2.2.1.12 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet;
- 2.2.1.13 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor;
- 2.2.1.14 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista;
- 2.2.1.15 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista;
- 2.2.1.16 – implantar o cadastro de consultores em economia, perícias e arbitragens econômico-financeiras na página do Conselho na Internet;
- 2.2.1.17 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet;
- 2.2.1.18 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento;
- 2.2.1.19 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico;
- 2.2.1.20 – aproximar os estudantes de Economia do estado do Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional.

2.2.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

- 2.2.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases;
- 2.2.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos;
- 2.2.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir;

- 2.2.2.4 – promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos;
- 2.2.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização;
- 2.2.2.6 – continuar investindo na identificação e conseqüente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado;
- 2.2.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro;
- 2.2.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam;
- 2.2.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas;
- 2.2.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro;
- 2.2.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica;
- 2.2.2.12 – firmar convênio com o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior;
- 2.2.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional;
- 2.2.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão;
- 2.2.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental;
- 2.2.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional;
- 2.2.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria;
- 2.2.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional;
- 2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro;
- 2.2.2.20 – triplicar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2017;
- 2.2.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas;
- 2.2.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais;
- 2.2.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista;

- 2.2.2.24 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização;stros de pessoas jurídicas e físicas;
- 2.2.2.24 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais;

2.2.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa

- 2.2.3.1 – adquirir imóvel capaz de ampliar a estrutura física da Autarquia e a oferta de serviços às pessoas físicas e jurídicas registradas,
- 2.2.3.2 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno;
- 2.2.3.3 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais;
- 2.2.3.4 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental;
- 2.2.3.5 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos;
- 2.2.3.6 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso;
- 2.2.3.7 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas;
- 2.2.3.8 – avançar no desenvolvimento de sistema de cadastro, cobrança de anuidades, controle contábil e financeiro, capaz de atender adequadamente as necessidades do Conselho;
- 2.2.3.9 – aprimorar o sistema de eleições eletrônicas desenvolvido em 2015;
- 2.2.3.10 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão;
- 2.2.3.11 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos;
- 2.2.3.12 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados;
- 2.2.3.13 – prosseguir com o processo de digitalizaçãodo acervo documental da entidade;
- 2.2.3.14 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema;
- 2.2.3.15 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas, adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca;
- 2.2.3.16 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca;
- 2.2.3.17 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência;
- 2.2.3.18 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo;

- 2.2.3.19 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet;
- 2.2.3.20 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional desenvolvida em 2010 ao conjunto dos empregados da Autarquia;
- 2.2.3.21 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho;
- 2.2.3.22 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na SEREG, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos;
- 2.2.3.23 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na SEREG;

2.2.4 – Potencialização da capacidade financeira

- 2.2.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes;
- 2.2.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário;
- 2.2.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos;
- 2.2.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas;
- 2.2.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização;
- 2.2.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional;
- 2.2.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em letras do tesouro nacional;
- 2.2.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las;

2.2.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

- 2.2.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil;
- 2.2.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional;
- 2.2.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico;
- 2.2.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento;
- 2.2.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições;
- 2.2.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica;



- 2.2.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares;
- 2.2.5.8 – instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca;
- 2.2.5.9 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica;
- 2.2.5.10 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica;
- 2.2.5.11 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos priorizando, em relação a estes últimos, as regiões e bairros onde haja maior concentração de economistas;
- 2.2.5.12 – avançar no processo de modernização da página do Conselho na Internet;
- 2.2.5.13 – contribuir na organização e viabilização do Simpósio dos Conselhos Regionais de Economia de 2018;

2.3 – Desempenho Operacional - Resultados Alcançados:

2.3.1 – Valorização da Profissão

2.3.1.1 – executar ações preventivas e corretivas destinadas a combater a política de desregulamentação da profissão, em conjunto com os demais conselhos regionais e o Conselho Federal: A atuação restringiu-se aos processos de fiscalização no Estado.

2.3.1.2 – monitorar a tramitação do PLS 658/07 e contribuir para seu aprimoramento: A ação passou a ser de responsabilidade do Conselho Federal

2.3.1.3 – contribuir para o detalhamento do campo de atuação do profissional economista a partir da legislação existente: Em 2018 foi dada continuidade a ação junto às Prefeituras, cuja finalidade é verificar se as atividades de economia e finanças desenvolvidas estão sendo realizadas por profissionais habilitados, com formação em Ciências Econômicas e o devido registro em Conselho Regional de Economia. Tal ação serve para detalhar o campo de atuação profissional dos economistas nas áreas de planejamento, execução e controle de políticas setoriais que visam o desenvolvimento dos Municípios. Ademais, esclarecimentos pontuais são fornecidos as pessoas físicas e jurídicas que entram em contato com a Secretaria, assim como foram dados treinamentos a outros Corecons, com o objetivo de disseminar o conhecimento pelo país, contribuindo para o fortalecimento de todo o sistema.

2.3.1.4 – acompanhar as oportunidades de trabalho e a situação profissional dos peritos, cadastrados, junto ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro: Foi localizada, no site do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, uma listagem contendo todos os economistas peritos autorizados a atuar em processos judiciais. Essa listagem é atualizada



todo mês, o que facilita o trabalho desta Secretaria de Fiscalização no sentido de acompanhar o número de economistas peritos cadastrados, e suas situações cadastrais e financeiras junto ao Corecon-RJ. A última verificação feita em 2018 foi no mês de dezembro, onde foram identificados noventa e dois peritos economistas atuando no Estado do Rio de Janeiro. Deste total, dezesseis estavam com algum débito com o Corecon-RJ. Os profissionais serão notificados no ano de 2019. Ademais, um consta como suspenso no cadastro, dois como cancelados, um como falecido, e um ainda não identificado como bacharel em Ciências Econômicas. Os casos serão analisados individualmente, também em 2019.

2.3.1.5 – ampliar a interlocução com instituições acadêmicas e alunos de Economia, participando das atividades por elas promovidas e utilizando-as para divulgar o Conselho e suas atribuições: O Corecon-RJ, através de sua Secretaria de Fiscalização, participou da recepção dos novos alunos da UFRJ, apresentando o Conselho aos estudantes, e detalhando o campo profissional do Economista. Nessa apresentação, foram apresentadas todas as áreas do Conselho, com suas devidas competências, e foi reforçada a importância do registro, mesmo como estudante, para o fortalecimento do Corecon-RJ. A Secretaria de Fiscalização acredita que conseguirá ter uma maior interação com as Universidades, após ter assumido a Gincana Estadual dos Estudantes. Em 2019, também será avaliada a implementação de algo semelhante ao feito pelo Corecon-MA, compartilhado na realização do treinamento, de formação de um Corecon acadêmico, visando essa aproximação com os estudantes.

2.3.1.6 – promover encontro com os diretores dos cursos de economia das Universidades do Estado: As poucas tentativas de contato realizadas por esta Secretaria de Fiscalização, no passado, não geraram nenhum resultado, o que demonstra a dificuldade de se estabelecer tal atividade. A Secretaria continuará tentando marcar o encontro com os diretores, mesmo com as resistências verificadas.

2.3.1.7 – apoiar e ajudar a organizar encontro anual das Universidades do Estado: A possível aproximação com as Universidades poderá possibilitar o desenvolvimento desta ação. Isso dependerá das ações desenvolvidas nos itens 2.3.1.5 e 2.3.1.6, pois será necessário ter um bom relacionamento com os estudantes e com a direção das Universidades, permitindo o acesso do Corecon-RJ nas dependências, e no calendário acadêmico. A presença na semana de apresentação do curso na UFRJ já é um indício de melhoria nas relações.

2.3.1.8 – editar material divulgando as atividades profissionais do economista destinado aos estudantes universitários: O material citado no item 2.3.1.3 servirá de base para elaboração do material de divulgação para os estudantes universitários. Ademais, o site do Corecon-RJ possui, no campo de Legislação, o item de Áreas de atuação do Economista, que pode ser acessado por qualquer visitante.

2.3.1.9 – realizar a sétima Gincana Estadual de Economia: A Oitava Gincana Estadual de Economia foi realizada, em 17 de julho de 2018, pela Secretaria de Fiscalização. A Gincana contou com participação de 04 estudantes, divididos em 02 duplas, apesar de ter havido a inscrição de 03 duplas, representando as seguintes Universidades: UFRJ e UFRRJ – Nova Iguaçu. Os estudantes Francisco Guilherme Dantas Neto e Felipe Simplicio Ferreira, representantes da UFRJ, conquistaram o primeiro lugar na VIII Gincana Regional de Economia. Anna Cláudia Farias de Andrade e João Victor Bezerra Rosa, da UFRRJ – Nova Iguaçu, ficaram em segundo lugar.

2.3.1.10 – manter a oferta de cursos, inclusive gratuitos, de aperfeiçoamento técnico para os economistas em situação regular perante o Conselho: Foram divulgados 10 cursos ao longo de 2018, mas somente 2 foram realizados. Os cursos foram ministrados na própria Autarquia, concluídos por 34 alunos entre 43 matriculados, onde eram 16 economistas registrados no Corecon-RJ; 03 bacharéis em economia; 18 estudantes de economia registrados no Corecon-RJ; 01 estudante de economia sem registro. Também participaram de nossos cursos 05 profissionais de outras áreas. Dentre os 43 matriculados, concedemos 03 bolsas integrais a estudantes registrados no preparatório para ANPEC.

Cursos ministrados:

- Atualização em Economia: preparatório para o exame da Anpec
29 de janeiro a 24 de setembro de 2018– Carga horária: 521h
Professores: Thiago Moraes, Antônio Carlos Assumpção, André Gaglianone, Jorge Cerqueira, Felipe Oliveira, Henrique Macedo e Gilberto Carvalho
Público ao longo do curso: 31 alunos
Público no final do curso: 23 alunos, sendo 16 com certificado.
- Perícia Econômica
26 de junho a 27 de novembro de 2018– Carga horária: 69h
Prof: Roque Licks
Público no início do curso: 12 alunos
Público ao final do curso: 11 alunos, sendo 10 com certificado de aprovação.

2.3.1.11 – promover o Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado: Em sua 28ª edição foram premiados cinco trabalhos dentre os vinte e cinco enviados pelas seguintes instituições: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Nova Iguaçu (3); Universidade Federal Fluminense (3); Universidade Federal Fluminense - Campos (3), Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (3), Universidade do Estado do Rio de Janeiro (3), Universidade Federal do Rio de Janeiro (3); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Instituto Três Rios (1);



Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Campos (1); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (3); Universidade Estácio de Sá (2).

Primeiro Lugar: “O papel da estrutura produtiva e ocupacional na diferença salarial de homens e mulheres: uma análise para a região sudeste do Brasil”.

Autor: Lucas de Carvalho Martins

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Seropédica

Primeiro Lugar: “A dinâmica inflacionária brasileira no período 2000-2014”.

Autora: Thais Fonseca Costa

Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Três Rios

Primeiro Lugar: “Teoria Marxista do valor e mercado mundial: uma contribuição aos estudos sobre os mecanismos de funcionamento do capitalismo global”.

Autor: Ozias Santos da Conceição Oliveira

Instituição: Universidade Federal Fluminense – Campos

Segundo Lugar: “Determinantes da criminalidade: uma análise sobre as regiões norte e noroeste fluminense e baixadas litorâneas”.

Autora: Livia Mara Mattos Pinto Salgado

Instituição: Universidade Federal Fluminense – Campos

Terceiro Lugar: “O regime geral da previdência social no Brasil – uma análise empírica do período de 2002 a 2014”.

Autora: Dayane Ferreira Quintanilha

Instituição: Universidade Federal Fluminense – Campos

2.3.1.12 – acompanhar e divulgar oportunidades de trabalho nas áreas de economia e finanças em nossa página na Internet: Esta tarefa foi cumprida de maneira pontual, quando a Secretaria de Fiscalização era solicitada a analisar anúncios de oportunidades de emprego, ou quando verificava tal situação através de pesquisas na internet; e através da divulgação de editais, após a avaliação realizada pela Secretaria de Fiscalização, a fim de verificar a conformidade destes anúncios com a legislação profissional. Entretanto, nem todas essas solicitações são feitas à Secretaria de Fiscalização, o que pode gerar desencontro de informações.

2.3.1.13 – efetuar a divulgação do elenco de atividades profissionais, para as quais o economista está capacitado, junto a governos; autarquias; empresas públicas e privadas; órgãos governamentais e terceiro setor: A ação implementada em 2013, visando a fiscalização das Prefeituras do Rio de Janeiro, teve o objetivo de divulgar o elenco de atividades profissionais para as quais o Economista está capacitado. Essa atividade teve

continuidade no ano de 2018, além de outras ações pontuais, como avaliação de Editais publicados.

2.3.1.14 – continuar realizando campanha de esclarecimento destinada aos organizadores de concursos públicos e empresas de recursos humanos, sobre a regulamentação profissional do Economista: Dos três editais fiscalizados no ano de 2018, dois deles, Instituto Federal Fluminense e Prefeitura Municipal de Cambuci, estavam infringindo a Lei 1.411/51, conforme avaliação da Secretaria de Fiscalização. A fim de sanar tal irregularidade, houve uma tentativa de contato tanto junto aos Órgãos responsáveis pela abertura do concurso, quanto junto às organizações contratadas para realizar os certames, sem sucesso. Assim, ambos sofreram processos judiciais, que encontram-se em andamento. Com relação às empresas de Recursos Humanos, as principais já haviam sido oficiadas nos anos de 2013 (principalmente), 2014 e 2015, o que resultou em nenhuma ação desta natureza no ano de 2018. Para o ano de 2019, a Secretaria de Fiscalização já prevê uma ação mais efetiva, visando a conscientização das empresas de RH sobre a legislação vigente.

Editais fiscalizados		
ANO	CONCURSOS FISCALIZADOS	VARIAÇÃO %
2004	1	-
2005	-	100
2006	1	100
2007	6	500
2008	6	0
2009	5	17
2010	7	40
2011	12	71
2012	17	42
2013	10	41
2014	11	10
2015	8	27
2016	3	63
2017	4	33
2018	3	50

Empresas de RH		
ANO	Processos abertos	VARIAÇÃO %
2011	0	-
2012	3	0
2013	11	267
2014	6	45
2015	4	33
2016	0	100
2017	0	#DIV/0!
2018	0	#DIV/0!

2.3.1.15 – continuar o processo de aprimoramento dos mecanismos e da metodologia de fiscalização dos concursos públicos, buscando torná-la mais eficaz na cobertura das fases de preparação dos editais e de convocação dos aprovados para os cargos de economista: Foram analisados três editais durante o ano de 2018, gerando duas ações judiciais – Instituto Federal Fluminense e Prefeitura Municipal de Cambuci, conforme já explicitado no item anterior. O outro concurso analisado (Câmara de Barra Mansa), não apresentou irregularidade. A Secretaria de Fiscalização pretende realizar, no ano de 2019, uma pesquisa para o levantamento das principais organizadoras de concursos públicos, cujo objetivo será o envio de Ofício informativo da profissão do economista. Apesar das Instituições alegarem não possuírem ingerência sobre os Editais publicados, a conscientização é sempre importante como forma de prevenir que vagas privativas de economistas sejam oferecidas para profissionais sem a devida qualificação profissional. Ademais, será solicitado ao COFECON que realize uma ação junto as maiores empresas do Brasil, visando reforçar a importância da contratação de economistas, uma vez que muitas estão substituindo o cargo de Economista por cargos como Analista ou Tecnologistas, e contratando profissionais com as mais diversas graduações para desempenho de atividades na área de economia e finanças.

2.3.1.16 – implantar o cadastro de consultores em economia, perícias e arbitragens econômico-financeiras na página do Conselho na Internet: A ação foi realizada em conjunto com a Secretaria de Administração e Finanças, que implementou no site do Conselho um mecanismo através do qual os Economistas conseguem anexar seus currículos. À Secretaria de Registro coube a confirmação do cadastro do Economista, bem como sua condição de adimplência, a fim de que seus currículos fiquem disponíveis e possam ser acessados por interessados.



2.3.1.17 – ampliar e atualizar a listagem de páginas nas quais são divulgados índices, informações e pesquisas de interesse dos economistas em nossa página na Internet: Atualizamos os links disponíveis na página do Corecon-RJ, na parte concernente à Biblioteca. Verificamos quais os links funcionavam, quais tinham sido redirecionados, a fim de atualizar de maneira que conseguíssemos recuperar a informação. Atualmente temos 175 links, onde havia 133 links, ou seja, tivemos um crescimento de 31% nos links.

2.3.1.18 – manter o processo de atualização do acervo de títulos da Biblioteca, priorizando temas vinculados a questão do desenvolvimento: Conforme as seleções realizadas no ano de 2018, tivemos a inclusão de 75 registros bibliográficos e 121 exemplares, entre livros e periódicos. A atualização do acervo é um trabalho conjunto que depende da avaliação dos Conselheiros responsáveis pela Comissão de Biblioteca.

2.3.1.19 – divulgar a possibilidade do registro das Anotações de Responsabilidade Técnica e da emissão das Certidões de Acervo Técnico: Essa divulgação ocorre de maneira permanente no site do Corecon-RJ, e pelo menos duas vezes por ano através de publicação no Jornal dos Economistas. No âmbito da Secretaria de Registros, a divulgação se deu através de informações prestadas aos Economistas e empresas durante atendimento presencial ou por telefone. Após demonstração de intenção de formalização de registros de ART's e emissão de CAT's, os interessados foram direcionados à Secretária de Fiscalização, pessoalmente ou através de telefone, que é a Secretaria responsável pela emissão dos referidos documentos.

2.3.1.20 – aproximar os estudantes de Economia do estado do Conselho, incentivando e financiando sua participação nos eventos do Sistema COFECON-CORECONs de caráter nacional e regional: O Corecon-RJ apoiou institucionalmente e financeiramente eventos de caráter estudantil como o Encontro Regional de Economia da Região Sudeste (CAECO/UERJ) e VII Semana de Economia da Universidade Federal Fluminense de Campos. Além disso, concedeu apoio institucional para o fretamento de ônibus para estudantes de ciências econômicas do estado do Rio de Janeiro participarem do 44º Encontro Nacional de Estudantes de Economia – ENECO-2018.

2.3.2 – Intensificação da ação fiscalizadora

2.3.2.1 – manter o processo de aprimoramento do sistema de controle e acompanhamento dos processos de ética e de fiscalização, em especial, quanto aos prazos definidos para cada uma de suas fases: : Após a adoção de planilha de controle dos prazos dos processos administrativos de fiscalização, e do manual de elaboração dos procedimentos ético-profissionais, ambos os tipos de processos começaram a ser tratados de maneira mais eficaz e com maior celeridade, o que pode ser comprovado através da redução do tempo médio de andamento dos referidos processos.

2.3.2.2 – dar continuidade ao trabalho de identificação dos registros provisórios e credenciais de estudantes vencidos, buscando transformá-los em registros definitivos: Dos 21 (vinte e um) registros oriundos de ações realizadas pela Secretaria de Fiscalização no ano de 2018, apenas 02 (dois) foram reativações de registros cancelados. Não houve nenhum registro definitivo de profissional na situação de provisório vencido ou estudante que tenha sido originado por ação da Secretaria de Fiscalização. Foram abertos processos de fiscalização neste sentido, mas não houve ainda a realização de nenhum registro definitivo de profissional enquadrado em uma dessas duas situações acima expostas. Para o ano de 2019, a Secretaria de Fiscalização tentará implementar essa ação, mas foram verificados 945 profissionais com as situações atuais de SUSPENSO, SUSPENSO COM DÉBITO ou VENCIDO, o que demanda planejamento para realização desta tarefa. Se somarmos as situações de CANCELADO, CANCELADO COM DÉBITO, CANCELADO COM REMISSÃO, o número salta para 11.137, o que transforma a tarefa em trabalho de longo prazo.

2.3.2.3 – promover o saneamento do cadastro de pessoas físicas e jurídicas inadimplentes, repassando para a Secretaria de Registros as informações que conseguir: A Secretaria promove, de maneira pontual, ação de quitação de débitos de anuidades de pessoas físicas e jurídicas. No ano de 2018, foram enviados 09 (nove) ofícios para pessoas físicas, e nenhum para pessoas jurídicas, obtendo, como resultado, recuperação de R\$ 2.907,87

ANUIDADES EM ATRASO

Ofícios (E-mails) enviados informando sobre anuidade em atraso

Pessoa física			Pessoas jurídica			Consolidado		
ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	0	-	2011	-	-
2012	0	-	2012	0	-	2012	0	-
2013	60	100	2013	0	100	2013	60	100
2014	50	17	2014	7	#DIV/0!	2014	57	5
2015	35	42	2015	11	#DIV/0!	2015	46	23
2016	8	84	2016	4	43	2016	12	79
2017	9	74	2017	0	100	2017	9	80
2018	9	13	2018	0	100	2018	9	25

Ofícios (E-mails) recebidos informando sobre anuidade em atraso

Pessoa física			Pessoas jurídica			Consolidado		
ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	0	-	2011	-	-
2012	0	-	2012	0	-	2012	0	-
2013	57	100	2013	1	100	2013	58	100
2014	48	16	2014	7	600	2014	55	5
2015	31	35	2015	7	0	2015	38	31
2016	7	77	2016	4	43	2016	11	71
2017	8	14	2017	0	100	2017	8	27
2018	9	29	2018	0	100	2018	9	18

Créditos a recuperar de anuidades em atraso

Pessoa física			Pessoa jurídica			Consolidado		
ANO	Valor	VARIAÇÃO %	ANO	Valor	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	0	-	2011	-	-
2012	0	-	2012	0	-	2012	0	-
2013	R\$59.886,11	100	2013	R\$ 509,60	100	2013	R\$ 60.395,71	100
2014	R\$90.579,72	51	2014	R\$ 36.516,20	7.066	2014	R\$ 127.095,92	110
2015	R\$86.063,66	5	2015	R\$ 27.327,95	25	2015	R\$ 113.391,61	11
2016	R\$22.400,79	74	2016	R\$ 16.259,28	41	2016	R\$ 38.660,07	66
2017	R\$13.988,81	38	2017	R\$ -	100	2017	R\$ 13.988,81	64
2018	0	100	2018	0	100	2018	0	100

Créditos recuperados de anuidades em atraso

Pessoa física			Pessoa jurídica			Consolidado		
ANO	Valor	VARIAÇÃO %	ANO	Valor	VARIAÇÃO %	ANO	Quantidade	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	R\$ -	-	2011	-	-
2012	R\$ 2.205,15	100	2012	R\$ -	-	2012	R\$ 2.205,15	100

2013	R\$22.044,47	900	2013	R\$ 509,60	100	2013	R\$ 22.554,07	923
2014	R\$58.604,68	166	2014	R\$ 5.943,76	1.066	2014	R\$ 64.548,44	186
2015	R\$20.054,85	66	2015	R\$ 1.912,82	68	2015	R\$ 21.967,67	66
2016	R\$ 4.267,15	79	2016	R\$ 4.620,97	142	2016	R\$ 8.888,12	60
2017	R\$ 2.764,24	35	2017	R\$ -	100	2017	R\$ 2.764,24	69
2018	R\$ 2.907,87	32	2018	R\$ -	100	2018	R\$ 2.907,87	67

Na Secretaria de Registro, o cumprimento desta ação se deu principalmente através da localização dos endereços e de atualização de outros dados cadastrais dos economistas e empresas inadimplentes. Após a devida atualização dos dados no sistema, a Secretaria de Registros solicitou à Assessoria Jurídica o prosseguimento das ações de execução fiscal, dos economistas e representantes legais das empresas. Em 2018 verificou-se também a solicitação, por parte da assessoria jurídica, para que fossem informados endereços atualizados de Economistas e empresas, em cumprimento às solicitações judiciais.

Quantitativo de prosseguimento de ação judicial – Economistas e empresas inadimplentes:

ANO	ECONOMISTAS	EMPRESAS	TOTAL	%
2013	266	100	366	-
2014	263	139	402	9,83
2015	50	66	116	(71)
2016	24	5	29	(75)
2017	589	151	740	2.452
2018	226	2.386	2.612	253

2.3.2.4 – promover, quando for o caso, a regularização dos registros dos economistas indicados pelas empresas como responsáveis técnicos: Dos 21 registros oriundos de ações realizadas pela Secretaria de Fiscalização no ano de 2018, apenas 01 foi de economista responsável, oriundo da abertura dos processos contra as consultorias econômicas. Ademais, será reforçada uma ação, já iniciada em 2016, de atualização cadastral das empresas, visando à substituição de economistas responsáveis das empresas que se encontram nas situações de cancelados ou falecidos. No âmbito da Secretaria de Registro, esta ação se dá no efetivo registro da pessoa jurídica junto ao Corecon/RJ, uma vez que para assumir a responsabilidade técnica de uma empresa, o economista deve estar devidamente registrado e em dia para com suas obrigações legais perante o Conselho, conforme preceitua o Art. 2º da Resolução 1.880/12 – COFECON. Em 2016 foram realizados 4 (quatro) registros de Economistas responsáveis.

2.3.2.5 – aprimorar os instrumentos utilizados na ação fiscalizadora e manter a interface da Secretaria de Registros com a Secretaria de Fiscalização de forma que pedidos de registro, transferências, cancelamentos etc possam servir de subsídio para abertura de processos de fiscalização: No ano de 2018, a Secretaria de Registros forneceu 08 (oito) evidências de desempenho de atividade na área de economia e finanças, tanto por pessoa física quanto por pessoa jurídica. Tais evidências resultaram na abertura de 08 (oito) processos de fiscalização, dos quais 06 (seis) já foram encerrados, e 02 (dois) ainda estão em andamento.

ANO	TOTAL	VARIAÇÃO
2013	33	-
2014	37	12,12%
2015	37	0,00%
2016	35	-5,41%
2017	12	-65,71%
2018	8	-33,33%

2.3.2.6 – continuar investindo na identificação e consequente fiscalização de pessoas jurídicas e físicas que estejam operando no mercado com o registro cancelado: Como já adiantado no item 2.3.2.2, somente 02 registros dos 21 registros novos foram de reativação de registro cancelado. No caso das pessoas jurídicas, é muito raro de se verificar, pois normalmente o cancelamento ocorre ou por encerramento das atividades, e no caso de extinção de número de CNPJ, ou por decisão judicial, o que impede a Secretaria de Fiscalização de instaurar um novo processo administrativo. O objetivo em 2019 é verificar esses profissionais, em especial. Conforme também já adiantado no item 2.3.2.2, após geração de relatório no SISCAFW, foram verificados 11.137, profissionais em situação de SUSPENSO, SUSPENSO COM DÉBITO, CANCELADO, CANCELADO COM DÉBITO, CANCELADO COM REMISSÃO ou VENCIDO, o que demandaria um cronograma bem definido, e tempo, para realização de tal tarefa.

2.3.2.7 – intensificar a fiscalização sobre as empresas que atuam no mercado financeiro: Após a ciência do Parecer 134/2014 – COFECON, o Corecon-RJ encerrou todos os processos administrativos que tinham como objetivo o registro das empresas de mercado financeiro neste Conselho. Entretanto, as empresas de mercado financeiro podem sofrer processos de fiscalização, no intuito de obter informações sobre o funcionário responsável pelas análises econômicas da empresa, essencial no mercado financeiro. Assim, apesar da queda no número de processos abertos para empresas dessa natureza, houve abertura de 02 (dois) processos contra empresas do mercado financeiro em 2018, visando obtenção de informação sobre seus funcionários:

Empresas do Mercado Financeiro		
ANO	Processos abertos	VARIAÇÃO %
2011	62	100
2012	7	-89
2013	84	1.100
2014	37	56
2015	25	32
2016	18	28
2017	11	39
2018	2	82

2.3.2.8 – notificar as grandes empresas do Estado para que forneçam listagens com os nomes dos economistas que nelas atuam: Conforme já adiantado no item 2.3.1.13, a ação não foi desenvolvida em 2018, tendo sido realizada apenas parcialmente, através de verificações pontuais. Como foram abertos muitos processos de fiscalização para pessoas jurídicas em função do convênio realizado com a Junta Comercial do Rio de Janeiro, a Secretaria de Fiscalização não conseguiu encaixar essa atividade no calendário. Será uma das metas para 2019.

2.3.2.9 – manter a política de executar ações de fiscalização sobre as secretarias de fazenda e de planejamento do governo do Estado, dos municípios e de outros órgãos públicos onde possa haver o desempenho de atividades privativas dos economistas: A ação é contínua e, após a abertura dos processos de fiscalização contra as Prefeituras do Rio de Janeiro, a Secretaria de Fiscalização já possui a informação de que diversas delas estão agindo dentro da Lei, com economista responsável pelas Secretarias atuando na área de economia e finanças do município. Assim, a Secretaria de Fiscalização entende que vem mantendo a política de executar ações de fiscalização nos Órgãos citados.

2.3.2.10 – aprimorar a relação estabelecida pela Secretaria de Fiscalização com as prefeituras municipais do Estado do Rio de Janeiro: O objetivo para o ano de 2018 foi de empreender esforços visando a finalização da ação implementada no ano de 2013, referente à obrigatoriedade das Prefeituras Municipais do Estado do Rio de Janeiro que possuem Secretarias relacionadas às atividades de economia e finanças, a indicarem o economista responsável pela realização de tais atividades; e de manter um relacionamento cordial e mais próximo com as 92 (noventa e duas) Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, através do auxílio para elaboração de editais de concursos públicos e de orientação para contratação de empresas devidamente registradas no Corecon-RJ, quando

houver necessidade de realização de atividades na área de economia e finanças de forma pontual.

2.3.2.11 – explorar melhor a potencialidade dos instrumentos de pesquisa, tais como, o convênio firmado com o Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro, o Diário Oficial do Estado, jornais impressos e redes sociais, para a localização de economistas e empresas que exerçam atividades vinculadas a Ciência Econômica: A Secretaria de Fiscalização dedicou-se, durante o ano de 2018, ao encerramento de diversos processos abertos em anos anteriores, principalmente os de pessoas jurídicas. Dos 15 registros novos, 10 foram derivados das fontes de pesquisa acima citadas, a saber: 04 da JUCERJA, sendo 03 deles obtidos através do Convênio realizado, 03 do PROCOB, e 04 das redes sociais/internet. No caso de pessoas físicas, dos 21 registros novos, 13 foram motivados pela utilização destes instrumentos de pesquisa, a saber: 04 no Diário Oficial, 05 da internet em geral, e 04 das redes sociais. No âmbito da Secretaria de registros, os sites de localização de endereço, CDL e Procob, são amplamente utilizados para a atualização cadastral, principalmente os endereços das correspondências devolvidos. No ano de 2018 foram realizadas 2.100 (duas mil e cem) consultas para localizações de endereços utilizando os dois sites de buscas. A Secretaria de Registros também utiliza o CDL para verificação de existência de participação empresarial nos casos de pedido de cancelamento do registro profissional ou pedido de suspensão por desemprego, o que tem impedido que diversos Economistas obtenham o cancelamento ou suspensão de seus registros profissionais, quando se verifica que o não cumprimento das condições estabelecidas no regramento legal para concessão de suspensão ou para deferimento do pedido de cancelamento.

2.3.2.12 – firmar convênio com o Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas com a mesma finalidade do item anterior: Foi realizado, em 2016, convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. A Secretaria de Fiscalização solicitou informações sobre empresas sediadas em Campos dos Goytacazes e Macaé, mas não obteve resultados significativos. No ano de 2017, a Secretaria de Fiscalização direcionou os esforços para as empresas sediadas na cidade do Rio de Janeiro, também através da listagem obtida junto à JUCERJA. Foram abertos 76 novos processos, sendo 41 ainda em andamento, e 01 que gerou registro. No ano de 2018, mais 03 (três) empresas derivadas do convênio realizado com a JUCERJA realizaram registro no Corecon-RJ.

2.3.2.13 – ampliar e utilizar o banco de dados dos alunos formados pelas universidades do Estado, para esclarecer aos novos economistas sobre a regulamentação profissional: Essa atividade está relacionada com todas as outras voltadas à aproximação do Corecon-RJ com as Universidades (itens 2.3.1.5, 2.3.1.6, 2.3.1.7 e 2.3.1.8). A melhoria na relação com as diversas Faculdades de Economia do estado do Rio de Janeiro trará como consequência provável o envio da listagem dos formandos, para que o Corecon-RJ possa esclarecer os novos Bacharéis em Ciências Econômicas sobre a regulamentação profissional, a área de atuação dos economistas, seus direitos e deveres. A apresentação



do Corecon-RJ aos novos alunos da UFRJ foi um começo para estreitar as relações entre as Instituições.

2.3.2.14 – realizar campanhas de esclarecimento, direcionada aos profissionais e estudantes de economia, quanto aos aspectos legais que envolvem a profissão: A execução da ação depende da finalização do item 2.3.1.3, e da implementação das ações de aproximação junto às Universidades.

2.3.2.15 – iniciar ações sobre empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental: A Secretaria de Fiscalização tentou programar essa ação para o ano de 2017, mas não encontrou fontes de pesquisa confiáveis. Com a utilização do convênio da JUCERJA, que gerou abertura de muitos processos de fiscalização, a pesquisa para identificação das possíveis empresas que atuam na elaboração de estudos de impacto socioambiental ficou para 2018, e anos subsequentes. No ano de 2019, a tarefa vai ser aprofundada, através de novas tentativas de encontrar fontes de pesquisas adequadas.

2.3.2.16 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de economia internacional: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior.

2.3.2.17 – iniciar ações sobre empresas que atuam na área de auditoria: Essa ação se enquadra na mesma situação da anterior.

2.3.2.18 – inaugurar linha de ação voltada para a fiscalização de professores que prestam serviços de consultoria, sem registro profissional: Após parecer emitido pelo COFECON, de obrigatoriedade de registro de sociedades uniprofissionais, a Secretaria de Fiscalização emitiu ofícios para todas as empresas que se enquadravam nessa situação, informando a necessidade de regularização de sua situação neste Conselho.

2.3.2.19 – estender a atuação da Secretaria de Fiscalização aos municípios do interior, após identificação das regiões que mais tem se desenvolvido no Estado, buscando ampliar a atuação do Corecon-RJ para além da capital do Estado do Rio de Janeiro: Essa tarefa pretendia ser alcançada através do convênio com a Junta Comercial do Rio de Janeiro. As duas tentativas feitas em 2016 (Campos dos Goytacazes e Macaé) não surtiram grandes resultados. Em 2018, a Secretaria de Fiscalização solicitou empresas sediadas no Rio de Janeiro, que resultaram em 03 registros, e outros processos que ainda estão em andamento.

2.3.2.20 – triplicar o número de pessoas físicas e jurídicas fiscalizadas em 2017: O foco, em 2018, foi a retomada da abertura de processos de pessoa física, pois nos anos anteriores (2016 e 2017), o foco foi na abertura de processos de pessoa jurídica, motivada pelo convênio com a Junta Comercial, e a utilização do PROCOB como forma de fonte de pesquisa. Como muitos processos abertos em 2017 ainda estavam em andamento, foi

necessário uma redução estratégica na abertura de novos processos, visando concentrar esforços na finalização, seja através de encerramento ou de registro, dos processos abertos, tanto de pessoas físicas quanto de pessoas jurídicas. Ademais, os esforços de 2018 foram concentrados no ajuizamento das multas aplicadas nos anos anteriores.

Processos Abertos

Pessoa Física			Pessoa Jurídica			Consolidado		
ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2006	0	-	2006	75	-	2006	75	-
2007	0	-	2007	167	123	2007	167	123
2008	26	100	2008	90	46	2008	116	31
2009	92	254	2009	22	76	2009	114	2
2010	93	1	2010	26	18	2010	119	4
2011	108	17	2011	87	204	2011	195	64
2012	126	9	2012	47	48	2012	173	11
2013	189	50	2013	220	368	2013	409	136
2014	165	13	2014	93	58	2014	258	37
2015	146	12	2015	59	37	2015	205	21
2016	87	40	2016	164	178	2016	251	22
2017	27	69	2017	98	40	2017	125	50
2018	43	59	2018	23	77	2018	66	47

Como pode ser verificado, existem ainda 290 (duzentos e noventa) processos em andamento, fora os 31 (trinta e um) judiciais, o que requer uma rotina pré-estabelecida para atualização dos mesmos.

Processos em andamento do ano (ano em que foi aberto) de:

Pessoa Física			Pessoa Jurídica			Consolidado		
ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %	ANO	QUANTIDADE	VARIAÇÃO %
2011	0	-	2011	-2	-	2011	-2	-
2012	3	100	2012	0	100	2012	3	250
2013	19	533	2013	38	#DIV/0!	2013	57	1800
2014	24	26	2014	10	74	2014	34	40
2015	19	21	2015	10	0	2015	29	15

2016	24	26	2016	51	410	2016	75	159
2017	8	67	2017	54	6	2017	62	17
2018	16	100	2018	16	70	2018	32	48
Total	113		Total	177		Total	290	

2.3.2.21 – elevar o número de registros de pessoas jurídicas e físicas: A Secretaria de Fiscalização obteve no ano de 2018, o resultado de 21 (vinte e um) registros de pessoas físicas (entre registros novos, reativações e transferências), e 15 (quinze) registros de pessoas jurídicas. Conforme pode ser observado, 10 (dez) dos 15 (quinze) registros de pessoas jurídicas realizados em 2018 foram de processos abertos em 2016 e 2017, após pesquisas no PROCOB e convênio com a Junta Comercial. No caso das pessoas físicas, a internet continuou como uma fonte confiável para a Secretaria de Fiscalização, seja através da consulta no DOERJ, site de empresas, LinkedIn ou outras redes sociais.

2.3.2.22 – aprimorar o tratamento técnico necessário à condução de processos ético-profissionais: O ano de 2018 foi bastante produtivo no que diz respeito aos processos ético-disciplinares. No final deste ano, apenas 03 (três) processos ainda estavam em andamento, mas com previsão de término ainda no primeiro semestre de 2019.

2.3.2.23 – analisar e propor alterações à Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista, em especial, quanto ao Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista: No ano de 2013, a Secretaria de Fiscalização finalizou as propostas de alterações no Capítulo VI, item 6.2, da Consolidação da Regulamentação Profissional do Economista. Desta forma, a Secretaria de Fiscalização aguarda a avaliação das alterações propostas para poder modificar alguns procedimentos adotados atualmente, seguindo o determina a Consolidação. Outras alterações pontuais e urgentes foram solicitadas. Ademais, a Secretaria de Fiscalização entende que essa ação é contínua.

2.3.2.24 – utilizar a oferta de cursos e convênios, além da Biblioteca, como emuladores de processos de fiscalização: Não houve nenhum registro, nem de pessoa física e nem de pessoa jurídica, derivado de cursos, convênios ou Biblioteca. Os que solicitam convênio precisam ser registrados, o que faz com que não sejam alvos da Secretaria de Fiscalização. Já àqueles que se matriculam nos cursos, ou frequentam a Biblioteca, normalmente estão na situação de estudante, o que também se enquadra fora do escopo da Secretaria de Fiscalização. Assim, essa atuação seria pontual, analisando caso a caso.

2.3.3 – Aprimoramento da estrutura administrativa



2.3.3.1 – adquirir imóvel capaz de ampliar a estrutura física da Autarquia e a oferta de serviços às pessoas físicas e jurídicas registradas: Ação não realizada. No prédio onde o Corecon-RJ está instalado, não houve salas e/ou andares disponíveis para venda.

2.3.3.2 – aprimorar o atendimento ao público externo e interno: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou na demora no atendimento de solicitações, ou mesmo em ações e/ou posturas não condizentes com um atendimento satisfatório.

2.3.3.3 – melhorar a qualidade dos atendimentos não presenciais: Esta ação foi realizada de modo contínuo durante todo o exercício, através de reuniões individuais com os funcionários, à medida que ocorriam ou se identificavam situações nas quais o atendimento não havia sido satisfatório, seja através de informações prestadas de modo incompleto, ou demora no atendimento de solicitações, através do atendimento telefônico ou através do atendimento via e-mail.

2.3.3.4 – finalizar o processo de reestruturação da Secretaria de Registros a partir da elaboração de plano de ações capaz de revisar e aperfeiçoar seu desempenho, editar manual contendo seus procedimentos, sanear seus processos administrativos e arquivar seu passivo documental: A reestruturação da Secretaria se dá de modo contínuo durante o exercício, à medida que são realizadas ações que visem melhorar seus fluxos internos, de modo que os serviços prestados aos economistas e empresas sejam realizados no menor tempo e de maneira satisfatória. Os novos procedimentos e/ou ações surgidos no dia-a-dia da Secretaria ainda não foram compilados no formato de manual. Sempre que surgem novos procedimentos e/ou ocorrem melhorias naqueles já vigentes, os mesmos são encaminhados aos funcionários do setor, via e-mail, para esclarecimentos e solicitação de cumprimento, sendo que os mesmos são salvos e armazenados, para posterior utilização na confecção do manual. Iniciou-se em março de 2015 o trabalho de saneamento geral de todo o acervo dos processos administrativos de Economistas, empresas, e estudantes. O trabalho encontra-se na fase de saneamento dos processos dos Economistas. Segue quadro demonstrativo do saneamento realizado em 2018:

ANO	TOTAL DE PROCESSOS SANEADOS
2015	5.502
2016	2.872
2017	2.345
2018	2.106

Toda demanda surgida na Secretaria, deve, para seu atendimento, ser necessariamente acompanhada do respectivo processo administrativo. O atendente, antes de encaminhá-lo ao Secretário para despacho, deve sanear o processo, conforme especificações previamente estabelecidas. Em 2018 foram saneados 1.683 processos administrativos de economistas, e 113 de empresas, montante referente aos processos que transitaram na Secretaria de Registro.

ANO	ECONOMISTAS	EMPRESAS	TOTAL	%
2012	875	266	1.141	-
2013	1.494	309	1.803	58
2014	1.397	532	1.929	7
2015	1.325	559	1.884	(2,33)
2016	1.371	156	1.527	(18,95)
2017	1.484	146	1.630	6,75
2018	1.683	113	1.796	10,2

A ação de arquivamento do passivo documental não foi realizada.

2.3.3.5 – aprimorar os procedimentos e a qualidade dos processos e fluxos internos: Neste exercício foram dadas continuidades aos processos e fluxos internos já aprimorados nos exercícios anteriores, não tendo sido planejada e/ou realizada nenhuma ação de melhoria.

2.3.3.6 – analisar a validade dos registros suspensos de pessoas jurídicas, referentes a 64 empresas, e propor os devidos encaminhamentos para cada caso: Esta ação não foi realizada.

2.3.3.7 – continuar a revisão e atualização dos formulários utilizados na Secretaria de Registros, iniciadas em 2012, adequando-os às normas estabelecidas: Os formulários continuam sendo revisados e atualizados à medida que ocorrem alterações em suas formas e conteúdos, conforme determinados pelo regramento legal editado pelo COFECON, ou no surgimento de necessidades na Secretaria e/ou no Conselho. No ano de 2018 foi criado o formulário de solicitação de tratamento especial em função da idade, conforme Resolução n.º 084/18, do Corecon-RJ. O formulário encontra-se na Secretaria Executiva para aprovação.

2.3.3.8 – avançar no desenvolvimento de sistema de cadastro, cobrança de anuidades, controle contábil e financeiro, capaz de atender adequadamente as necessidades do Conselho: A empresa contratada Valora Soluções em Gestão desistiu do contrato e a ação foi repassada para o Conselho Federal de Economia.



2.3.3.9 – aprimorar o sistema de eleições eletrônicas desenvolvido em 2015: o Corecon-RJ passou a adotar o sistema utilizado pelo Conselho Federal de Economia para eleições.

2.3.3.10 – aprimorar os mecanismos de controle administrativo e de gestão: Neste exercício, no âmbito financeiro, passou-se a realizar um controle diário sobre as parcelas de renegociações não pagas, cujas datas de vencimento são os dias imediatamente anteriores. Ao verificar que a parcela encontra-se em aberto, o Secretário do Registro encaminha uma cópia do boleto via Sistema, com a mensagem, no corpo do e-mail, que o boleto deverá ser atualizado no site do Banco do Brasil para atualização e recolhimento. Esta ação tem reduzido o número de Acordos de renegociação desfeitos por falta de pagamento de uma ou mais parcelas. No controle das tarefas realizadas pelos funcionários, as mesmas têm cadastrados os dados referentes a data de início e de conclusão, além do quantitativo produzido/realizado. O trabalho de saneamento dos processos administrativos é controlado através de pasta, onde são arquivados dados individualizados, com datas de início, e fim do saneamento de cada pasta, além do produtividade de cada funcionário.

2.3.3.11 – ampliar e aperfeiçoar os processos de compras e gerenciamento de estoques buscando reduzir custos utilizando o sistema de pregões eletrônicos: Em 2018, o Corecon-RJ passou a utilizar o sistema do Banco do Brasil licitações-e.

2.3.3.12 – aprofundar a política de capacitação e treinamento dos empregados: Não foram feitos realizados treinamentos de empregados em 2018.

2.3.3.13 – prosseguir com o processo de digitalização do acervo documental da entidade: A digitalização dos documentos da Secretaria de Fiscalização foi iniciada no fim de 2017, no que, de certo modo, conta com os esforços da Biblioteca Eginardo Pires, ficando a cargo da Biblioteca o controle do que está sendo emprestado para a Fiscalização remeter à empresa responsável pela digitalização. Em 2018 emprestados 144 processos da Secretaria de Fiscalização, a fim de que fossem digitalizados. Além do trabalho efetuado em conjunto com a Secretaria de Fiscalização, a Biblioteca Eginardo Pires iniciou a digitalização de 76 números do Jornal dos Economistas e 31 números do Informe Corecon a fim de disponibilizar a coleção do principal veículo de informação do Conselho Regional de Economia da 1ª Região em sua completude na página eletrônica do mesmo. O processo ainda não foi concluído, pois durante a digitalização foram encontradas inconsistências que estão sendo sanadas. É importante a completude bem como a qualidade de leitura e compatibilidade com o número ao qual se refere, trabalho que vem sendo feito diligentemente pela Biblioteca, com previsão de término para março de 2019.

2.3.3.14 – continuar ordenando e reorganizando o material bibliográfico armazenado, assim como planejar e realizar o inventário anual da Biblioteca, a fim de corrigir possíveis incompatibilidades entre acervo e sistema: Em 2016 foi iniciada esta ação e no primeiro

semestre de 2018 foi encerrada a maior parte. Ressaltamos que esta é uma ação contínua. Visto a carência do sistema atual, que se trata de um software livre (Bibliivre 4), que não permite a emissão de relatório com base no sistema classificatório utilizado na Biblioteca Eginardo Pires, que anterior a 2013, já era a Classificação Decimal Universal (CDU), foi necessário alterar os registros para emitir o relatório referente ao Inventário. Dos 3183 registros, em 2018 foi possível alterar 2365, a ação de alteração dos outros 818 registros está prevista para terminar em fevereiro de 2019. Compreendemos, no processo de preparação para o inventário, que não havia meios eficazes de realizar o inventário sem antes fazer estas alterações, somente por isso não foi possível realizar o inventário no ano de 2018.

2.3.3.15 – reunir, organizar e difundir, de acordo com as normas bibliográficas, adotadas pela Fundação Biblioteca Nacional, o acervo da Biblioteca: Esta ação é realizada sempre que uma nova obra passa a fazer parte do acervo. Ação de caráter contínuo.

2.3.3.16 – prosseguir com o trabalho de uniformização dos índices de autor, assunto e editora do acervo da Biblioteca: Esta ação é realizada sempre que uma nova obra passa a fazer parte do acervo. Ação de caráter contínuo.

2.3.3.17 – continuar promovendo a descrição do conteúdo dos documentos, a sinalização das informações e das fontes de cada unidade documental do acervo, de modo a facilitar o acesso, localização, utilização e intercâmbio, e difundir sua existência: Esta ação é realizada sempre que uma nova obra passa a fazer parte do acervo. Ação de caráter contínuo.

2.3.3.18 – continuar promovendo o intercâmbio com outras Bibliotecas possibilitando o acesso a documentos e publicações não existentes em nosso acervo: Em 2018 atendemos a 3 (três) solicitações de Empréstimo entre Bibliotecas. Foram renovados os 11 convênios com Bibliotecas parceiras a fim de continuar atendendo bem aos usuários.

Em resumo:

Novos usuários cadastrados	Empréstimos entre setores	Empréstimos domiciliares	Consultas locais	Solicitação de pesquisa	Cobrança de material em atraso.
15	7	137	22	3	9

Atualmente temos convênio para Empréstimo entre Bibliotecas com as seguintes instituições:

- FUNENSEG – Biblioteca Ivan da Motta;
- ESPM – Biblioteca Rio;
- UERJ – Rede Sirius;
- FGV – Biblioteca Mario Henrique Simonsen;
- PUC-RIO;
- BNDES;
- FINEP;
- Centro Celso Furtado;
- CEFET
- IPEA
- UFF

Além dos Empréstimos entre Bibliotecas, foram emprestados 137 exemplares ao longo de 2018. Foram cadastrados 15 novos usuários da Biblioteca Eginardo Pires.

2.3.3.19 – continuar desenvolvendo os produtos e serviços oferecidos no espaço reservado a Biblioteca na página do Conselho na Internet: A partir de 2017 conseguimos disponibilizar na página do Corecon-RJ todo nosso acervo, com a digitalização das respectivas capas das publicações e sua descrição, localização e assunto, trabalho que é contínuo, visto a característica da Biblioteca de ser um órgão em constante crescimento.

2.3.3.20 – continuar aplicando a metodologia de avaliação de desempenho profissional desenvolvida em 2010 ao conjunto dos empregados da Autarquia: Não foi aplicada avaliação de desempenho em 2018.

2.3.3.21 – criar ouvidoria em nossa página na Internet sobre a qualidade do atendimento prestado pelo Conselho: A ação não foi realizada por falta de condições técnicas no site do Conselho, e também devido à falta de recursos humanos, uma vez que o responsável pela ouvidoria seria aquele profissional conhecedor dos processos internos, das atividades realizadas pelas Secretarias, e dos aspectos legais que regem a profissão de economista.

2.3.3.22 – realizar pesquisa do nível de satisfação dos economistas e empresas, quanto à qualidade do atendimento na SEREG, buscando identificar os principais problemas referentes à qualidade, tempo do atendimento, bem como, em relação aos folhetos explicativos: Ação não realizada.

2.3.3.23 – disponibilizar ao público uma caixa de reclamações, sugestões e elogios na SEREG: Ação não realizada. A caixa onde serão depositadas as mensagens já foi providenciada, restando pendente a elaboração do questionário/formulário que será entregue aos Economistas e representantes das empresas onde expressarão seus pontos de vista.

2.3.4 – Potencialização da capacidade financeira

2.3.4.1 – elevar o volume da receita obtida com anuidades correntes: Em relação à receita corrente, o objetivo proposto para o exercício de 2018 foi o de elevar em 5% a arrecadação em relação a 2017. O resultado individual aponta um decréscimo nominal de 2,86% das anuidades dos economistas, e de 9,52% das pessoas jurídicas. Já o resultado consolidado aponta um decréscimo de 3,94% em relação ao exercício de 2017. No que tange ao resultado global proposto, a meta não foi alcançada, tendo o resultado final representado uma variação negativa de 8,94% da meta proposta.

Pessoa física

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	1.611.449,02	-
2003	1.529.343,58	(5)
2004	1.493.703,84	(2)
2005	1.636.103,81	10
2006	1.745.262,96	7
2007	2.069.930,61	19
2008	2.136.586,76	3
2009	2.259.687,32	6
2010	2.259.238,86	(0,02)
2011	2.330.193,85	3
2012	2.616.156,26	12,27
2013	2.853.186,75	9,06
2014	3.103.666,08	8,78
2015	3.037.524,70	(2,13)
2016	3.112.843,87	2,45
2017	3.254.941,53	4,56
2018	3.161.812,40	(2,86)

Pessoa Jurídica

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	274.534,80	-
2003	329.283,82	20
2004	323.705,30	(2)
2005	410.085,18	27
2006	463.521,83	13
2007	470.356,83	1
2008	486.133,71	3

2009	459.661,93	(5)
2010	384.872,72	(16)
2011	415.757,80	8
2012	520.544,20	25,20
2013	541.598,98	4,04
2014	546.040,34	0,82
2015	622.082,30	13,93
2016	621.513,07	(0,09)
2017	631.814,36	1,66
2018	571.653,41	(9,52)

Resultado Consolidado

ANO	TOTAL (R\$)	VARIAÇÃO %
2002	1.885.983,82	-
2003	1.858.627,40	(1)
2004	1.817.409,14	(2)
2005	2.046.188,99	13
2006	2.208.784,79	8
2007	2.540.287,44	15
2008	2.622.720,47	3
2009	2.719.349,25	4
2010	2.644.111,58	(3)
2011	2.745.951,65	4
2012	3.136.700,46	14,23
2013	3.394.785,73	8,23
2014	3.649.706,42	7,51
2015	3.659.607,00	0,27
2016	3.734.356,94	2,04
2017	3.886.755,89	4,08
2018	3.733.465,81	(3,94)

2.3.4.2 – aprimorar o processo de cobrança administrativa de crédito tributário: Foram adotadas, no âmbito desta Secretaria, as seguintes ações para a recuperação dos créditos tributários: Para os débitos em aberto, e dentro do prazo prescricional, o Corecon/RJ, através da Secretaria de Registros, emitiu uma Recobrança (cobrança dos débitos atualizados realizada através de boletos bancários encaminhados aos economistas e empresas), que objetivou na recuperação dos créditos referentes à anuidade de 2018, de economistas e empresas ativas. Segue o resultado financeiro alcançado, com redução aproximada de 34% em relação ao resultado alcançado em 2017:

ANO	ECONOMISTAS	EMPRESAS	TOTAL	VARIAÇÃO %
2016	152.156,34	34.733,85	186.890,19	-
2017	148.849,61	29.153,70	178.003,31	(4,76)
2018	93.807,68	23.657,03	117.464,71	(34)

Para a cobrança dos créditos não recebidos nos últimos 5 (cinco) exercícios, utilizam-se os procedimentos legais previstos na Lei de execução Fiscal n.º 6.830/80, através do lançamento na Dívida Ativa do Corecon/RJ dos créditos não recebidos, e cobrança através de execução fiscal, na Justiça Federal. Segue quadro demonstrativo consolidado da Dívida Ativa no exercício de 2018.

CONSOLIDAÇÃO DA DÍVIDA ATIVA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

DÍVIDA ATIVA - FASE ADMINISTRATIVA		
PESSOA FÍSICA	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2017	3.535	10.092.017,76
Inscrição - Lançamentos	472	993.315,66
Baixas por recebimento	(217)	(211.269,68)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(156)	(303.623,01)
Saldo em 31/12/2018	3.634	10.570.440,73
PESSOA JURÍDICA	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2017	649	4.634.837,00
Inscrição - Lançamentos	64	536.504,48
Baixas por recebimento	(19)	(23.751,60)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(12)	(100.453,81)
Saldo em 31/12/2018	682	5.047.136,07
CONSOLIDADO FASE ADMINISTRATIVA (PF + PJ)		
	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2017	4.184	14.726.854,76
Inscrição - Lançamentos	536	1.529.820,14
Baixas por recebimento	(236)	(235.021,28)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(168)	(404.076,82)
Saldo em 31/12/2018	4.316	15.617.576,80

DÍVIDA ATIVA - FASE EXECUTIVA		
PESSOA FÍSICA	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2017	3.438	6.229.763,62
Inscrição - Lançamentos	1.276	3.228.276,40
Baixas por recebimento	(858)	(707.034,80)

Baixas por cancelamento da Inscrição	(299)	(481.783,44)
Saldo em 31/12/2018	3.557	8.269.221,78
PESSOA JURÍDICA		
	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2017	867	5.006.359,68
Inscrição - Lançamentos	330	2.828.657,08
Baixas por recebimento	(107)	(68.234,40)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(33)	(62.589,94)
Saldo em 31/12/2018	1.057	7.704.192,42
CONSOLIDADO FASE EXECUTIVA (PF + PJ)		
	QTDE	VALOR R\$
Saldo em 31/12/2017	4.305	11.235.123,30
Inscrição - Lançamentos	1.606	6.056.933,48
Baixas por recebimento	(965)	(775.269,20)
Baixas por cancelamento da Inscrição	(332)	(544.373,38)
Saldo em 31/12/2018	4.614	15.972.414,20
TOTAL DA DÍVIDA ATIVA (ADM+EXEC) (PF + PJ)	8.930	31.589.991,00

2.3.4.3 – elevar o volume da receita obtida com a cobrança administrativa de anuidades de exercícios findos: O objetivo proposto foi o de elevar em 10% o montante de recebimento das anuidades vencidas através da cobrança administrativa e execução fiscal. Como pode ser verificado no quadro demonstrativo, o resultado geral obtido no exercício de 2018 pode ser considerado excelente, pois a cobrança da dívida ativa nas fases administrativas e executivas, das pessoas físicas e jurídicas, apresentou crescimento nominal de 22,52% em relação ao resultado obtido no exercício de 2017, isto é, a meta proposta foi superada, aproximadamente, em 125%, considerando os resultados nas duas fases. A única queda observada se deu na arrecadação das pessoas físicas, na fase administrativa.

Arrecadação Consolidada		
ANO	RECEITA	VARIAÇÃO %
2005	R\$ 258.133,45	-
2006	R\$ 837.265,53	224,00
2007	R\$ 626.566,77	-25,00
2008	R\$ 681.143,10	9,00
2009	R\$ 643.210,64	-6,00
2010	R\$ 684.278,47	6,00

2011	R\$ 767.297,24	12,00
2012	R\$ 534.020,27	-30,40
2013	R\$ 538.342,96	0,80
2014	R\$ 567.719,96	5,46
2015	R\$ 424.060,54	-25,30
2016	R\$ 388.384,09	-8,41
2017	R\$ 824.628,75	112,32
2018	R\$ 1.010.313,72	22,52

2.3.4.4 – prosseguimento do processo de atualização e refinamento das informações cadastrais das pessoas jurídicas e físicas: Foram atualizados 1.492 endereços e dados cadastrais de pessoas físicas e jurídicas, por meio de consultas aos cadastros da Receita Federal, da Procob - Soluções em Informática, CDL – Clube de Diretores Lojistas do RJ, telefone, Internet, e informações prestadas pelos próprios registrados, pessoalmente, por telefone, e-mail ou através do link para atualização cadastral disponibilizado no site do Conselho. Verifica-se que em 2018, no resultado final, houve uma redução de 41% na localização e atualização de dados dos economistas, e uma redução de 60,9% na localização e atualização de dados das empresas. Segue quadro demonstrativo:

ANO	PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO %	PESSOAS JURÍDICAS	VARIAÇÃO %
2005	4.141	-	1.011	-
2006	3.948	-5	257	-75
2007	4.045	2	436	70
2008	3.298	-18	353	-19
2009	2.808	-15	406	15
2010	1.720	-39	433	7
2011	1.443	-16	191	-56
2012	1.799	24	267	40
2013	1.687	-6	264	-1
2014	1.848	9,54	492	86,36
2015	1.480	-19,91	556	13,01
2016	1.756	18,65	206	-62,95
2017	2.249	28,08	422	104,85
2018	1.327	-41	165	-60,9

2.3.4.5 – reavaliar os processos de cancelamento de registro de empresas e, quando couber, encaminhá-los para diligências da Secretaria de Fiscalização: Quanto à reavaliação propriamente dita, não foram tomadas, neste exercício, ações concretas que tenham resultado em procedimentos de encaminhamento à Secretaria de Fiscalização, porém, quando da formalização do pedido de cancelamento por parte das Pessoas Jurídicas, esta secretaria tem sido rigorosa, de modo a evitar que empresas que não cumprem as exigências estabelecidas no Art. 10, da Resolução n.º 1.880/12, tenham os seus registros profissionais deferidos.

2.3.4.6 – efetuar recadastramento das pessoas físicas inscritas durante a substituição das carteiras de identificação profissional: Foram efetuados 104 recadastramentos, representando uma redução de 78,42% em relação ao exercício de 2017.

ANO	PESSOAS FÍSICAS	VARIAÇÃO %
2009	90	-
2010	2.603	2.792
2011	848	(67)
2012	497	(41)
2013	244	(51)
2014	209	(14)
2015	844	303,83
2016	888	5,21
2017	482	(45,72)
2018	104	(78,42)

2.3.4.7 – intensificar a política de aplicação das reservas financeiras em letras do tesouro nacional: Em 2018, o Corecon-RJ aplicou montante de R\$3.014.664,30 em títulos de LTN, cujo resgate está previsto para o mês de abril de 2019.

2.3.4.8 – identificar possibilidades de redução de despesas das Secretarias e racionalizá-las: Foi implementada na Secretaria de Fiscalização a impressão frente e verso de qualquer documento emitido. Serão avaliadas as ações adotadas pelas demais Secretarias, para analisar se cabem adotá-las na Secretaria de Fiscalização. Na Secretaria de Registro, a impressora colorida continua sendo utilizada somente nos documentos da Plenária e/ou para documentos com propósitos específicos (Certidões e declarações). Os funcionários são orientados a utilizarem os ramais telefônicos somente para atendimento aos economistas. Sempre que possível, a SEREG tem utilizado o e-mail para a solicitação de documentos aos Economistas, evitando assim os custos de envio de correspondência através dos Correios. As impressões de documentos em grande quantidade, tais como comunicação amigável de débitos e notificações referentes à dívida ativa, certidões de



dívida ativa e petição inicial são feitas na impressora de aluguel, evitando assim o consumo de toner e desgastes nas impressoras utilizadas na Secretaria de Registro.

2.3.5 – Fortalecimento da Imagem Institucional

2.3.5.1 – apoiar o movimento pela definição de uma estratégia de desenvolvimento de longo prazo para o Brasil: Ação de caráter contínuo, através das entrevistas e dos artigos divulgados no Jornal dos Economistas durante todo o ano.

2.3.5.2 – realizar seminários sobre a economia regional: O Corecon-RJ cedeu o auditório para eventos do Núcleo de Estudos Fluminenses em 2018.

2.3.5.3 – realizar seminários sobre a agenda do desenvolvimento econômico: O Corecon-RJ realizou e apoiou atividades que buscaram contribuir para a formação de uma sadia mentalidade econômica, através da disseminação da técnica e do conhecimento econômico. Em comemoração ao Dia do Economista, promoveu no dia 23 de agosto o debate entre Esther Dweck e Bruno Sobral com o tema: “Economia para poucos – Impactos sociais da austeridade e alternativas para o Brasil”.

2.3.5.4 – ampliar a capilaridade do CED – Centro de Estudos para o Desenvolvimento: Ação não realizada.

2.3.5.5 – editar publicações contendo o resultado das discussões realizadas no âmbito do Conselho, do Centro de Estudos para o Desenvolvimento e decorrentes de parcerias com outras instituições: Em 2018, todas as publicações foram feitas através do Jornal dos Economistas, distribuído mensalmente a todos os economistas registrados e adimplentes com o Corecon-RJ e disponível no site institucional.

2.3.5.6 – elaborar e executar projetos técnicos abordando temas do campo da ciência econômica: Ação não realizada.

2.3.5.7 – divulgar a profissão nas escolas de ensino médio e cursos pré-vestibulares: A execução da ação depende da finalização do item 2.3.1.3.

2.3.5.8 – instituir núcleo de apoio à pesquisa na Biblioteca: Tarefa a ser realizada conforme a demanda apresentada.

2.3.5.9 – ampliar as parcerias com entidades da sociedade civil organizada através da intensificação da realização de eventos voltados para a discussão de temas vinculados à Ciência Econômica: Em 2018, foram concedidos apoios institucionais para os seguintes eventos: I Workshop Demand-Led Growth – UFRJ; Encontro Regional de Economia da Região Sudeste - CAECO/UERJ; XXIII Encontro Nacional de Economia Política – UFF;



Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração – UFRRJ; XI Encontro Nacional da Associação Keynesiana Brasileira; XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia; Semana de Economia da Universidade Federal Fluminense de Campos ; Federação Nacional dos Estudantes de Economia (FENECO); XXXIII Congresso da Associação Nacional de Cursos de Graduação em Ciências Econômicas; Movimento dos Atingidos por Barragens; XXX ENE - Encontro de Entidades de Economistas do Nordeste; 4º Congresso do Centro Internacional Celso Furtado; XLVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC.

2.3.5.10 – atuar de forma ativa, inclusive com apoios institucionais previamente submetidos à aprovação do Plenário, na viabilização de eventos e publicações, promovidos por fóruns e redes ligados a movimentos sociais de interesse público, especialmente aqueles cujos temas pertençam ao campo da ciência econômica: Ação não realizada.

2.3.5.11 – ampliar o leque de serviços e convênios oferecidos priorizando, em relação a estes últimos, as regiões e bairros onde haja maior concentração de economistas: O Corecon-RJ possui 40 convênios com diversos prestadores de serviços. Dentre os principais podemos destacar Universidades, diversos colégios de ensino fundamental e médio, cursos de idiomas, editoras, etc. Todos os convênios são extensivos aos dependentes.

2.3.5.12 – avançar no processo de modernização da página do Conselho na Internet: Ação finalizada.

2.3.5.13 – contribuir na organização e viabilização do Simpósio dos Conselhos Regionais de Economia de 2018: O Corecon-RJ concedeu apoio institucional no valor de R\$20.000,00 para o XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia, realizado em Porto Velho/RO.

2.4 - Apresentação e análise de indicadores de desempenho:

Além dos indicadores específicos de resultados lançados nas tabelas acima, destacamos: **1)** a existência de reservas financeiras suficientes para honrar os compromissos da Autarquia até fevereiro de 2020, levando em consideração a despesa mensal média verificada em 2017; **2)** a reestruturação das Secretarias de Registro e de Fiscalização que permitiram potencializar e aprimorar suas respectivas capacidades operacionais, buscando obter saldo positivo entre o número de desligamentos e de novos registros; **3)** perseverança na aplicação da Política para Tratamento da Inadimplência, objetivando o recebimento de anuidades de exercícios anteriores; **4)** continuidade dos esforços para atualização do cadastro de pessoas físicas e jurídicas; **5)** controle das despesas balizado pelo volume da receita arrecadada.

Apesar destas conquistas é importante registrar, pois a compreensão sobre as razões dessas decisões tem impacto significativo sobre o futuro das autarquias de fiscalização do exercício profissional, as ações institucionais levadas a cabo pelos poderes executivos, legislativos e judiciários, em desfavor das estruturas de fiscalização profissional. Aqui cabe destacar, especialmente, as decisões dos juízes de primeira instância que vem proferindo sentenças submetendo a relação trabalhista, entre os conselhos de fiscalização profissional e seus empregados, ao Regime Jurídico Único, sem que esteja claro quem arcará com os respectivos custos envolvidos, os quais essas autarquias especiais não têm como suportar. Aos encarregados da realização de concursos públicos nos governos federal, estaduais, municipais e em empresas públicas, que os tem promovido ao arpejo das leis que regulamentam as profissões, denominando, não só economistas, mas também profissionais de várias outras formações de "analistas", "técnicos" e que tais.

2.5 – Desempenho Orçamentário:

2.5.1 – Informações sobre a Realização das Receitas:

O total arrecadado no ano foi de R\$5.388.145,91. Deste montante, R\$ 3.981.672,93 estão classificados como Receita de Contribuições (Anuidades); -R\$ 61.713,05 são referentes à Receita Patrimonial (Rendimentos da Caderneta de Poupança); R\$ 103.837,22 são referentes à Receitas de Serviços (Rendas de Emolumentos com Expedição de Certidões e Carteiras); R\$ 1.364.348,81 são referentes à Outras Receitas Correntes, que engloba Receita da Dívida Ativa e Receitas Diversas (Multas sobre o Exercício Ilegal da Profissão, Receita de Dívida Ativa, Receitas de Cursos, Atualização Monetária s/ Anuidades, etc...). Comparado com o exercício de 2017, houve uma diminuição de cerca de 13,3%. Essa diminuição é justificada pela variação do preço de mercado da LTN, onde a variação do preço do título do tesouro nacional impacta no seu valor atual. O montante aplicado foi de R\$3.014.664,30 e o valor bruto atual da LTN, em 31/12, é de R\$2.651.883,62. Considerando que a taxa é prefixada e o Corecon-RJ irá resgatar a aplicação no seu vencimento em abril de 2019, não há risco de prejuízo com o investimento.

RECEITA		
Classificação	2017	2018
Receitas Correntes	R\$ 6.202.713,99	R\$ 5.388.145,91
Receita de Contribuições	R\$ 4.142.591,10	R\$ 3.981.672,93
Receita Patrimonial	R\$ 829.237,54	-R\$ 61.713,05
Receita de Serviços	R\$ 111.697,49	R\$ 103.837,22
Transferências Correntes		
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.119.187,86	R\$ 1.364.348,81

Multa sobre o Exercício Ilegal da Profissão	R\$ 11.975,63	R\$ 50.591,02
Receita de Dívida Ativa	R\$ 824.628,75	R\$ 1.010.290,48
Receitas Diversas	R\$ 282.583,48	R\$ 303.467,31
Receita de Capital	0	0
Total de Receitas	R\$ 6.202.713,99	R\$ 5.388.145,91

2.5.2 – Informações sobre a Execução das Despesas:

O total de despesas em 2018 foi de R\$6.044.727,14, sendo que as Despesas de Pessoal (Salários e Vantagens, Diárias e Obrigações Patronais) somaram R\$ 2.698.526,95; as Despesas de Material de Consumo (Artigos de Expediente e Outros) somaram R\$ 52.133,17; as Despesas com Serviços de Terceiros e Encargos (Remuneração de Pessoal e Encargos, Despesas Bancárias, Serviços de Comunicação em Geral, etc...) somaram R\$ 2.176.434,64; as Transferências Correntes (Cota-Parte do Cofecon e Pasep) somaram R\$ 1.082.061,38; e as Despesas de Capital (Obras e Instalações, Mobiliário, etc...) somaram R\$ 35.571,00. Comparado com o exercício de 2017, houve um aumento de cerca de 0,4%

DESPESA		
Classificação	2017	2018
Despesas Correntes	R\$ 5.949.488,19	R\$ 6.009.156,14
Despesas de Pessoal	R\$ 2.551.502,97	R\$ 2.698.526,95
Material de Consumo	R\$ 51.750,17	R\$ 52.133,17
Serviços de Terceiros e Encargos	R\$ 2.276.457,10	R\$ 2.176.434,64
Transferências Correntes	R\$ 1.069.777,95	R\$ 1.082.061,38
Despesas de Capital	R\$ 70.003,22	R\$ 35.571,00
Total de Despesas	R\$ 6.019.491,41	R\$ 6.044.727,14

2.5.3 - Execução das despesas por modalidade de licitação, por natureza e por elementos de despesa:

VENCIMENTO	NOME	Nº PROCE SSO	SERVIÇO PRESTADO	VALOR MENSAL
31/12/2018	QUIMICLEAN COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	426/15	Manutenção de Ar-Condicionado	R\$ 1.642,15
31/12/2018	DIAGRAMA COMUNICAÇÕES LTDA	696/13	Edição e Diagramação do JE	R\$ 6.306,11
31/12/2018	ASSOCIAÇÃO DOS ENG. DA PETROBRÁS	439/16	Patrocínio Programa Faixa Livre	R\$ 2.800,00
31/12/2018	AGZ SEGUROS - SURA	100/03	Seguro do 16º e 19º andar	Quitado

31/12/2018	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA	213/13	Assessoria de Informática	R\$ 10.051,01
18/01/2019	POLLYANNA REGINA GONÇALVES PEREIRA	005/2018	Bolsa de estágio na Biblioteca	R\$ 918,86
30/01/2019	LOREDANO CÁSSIO SILVA FILHO	425/14	Charges para o JE	R\$ 1.206,32
05/02/2019	UNIMED (**)	002/13	Plano de Saúde e Odontológico para empregados e dependentes	R\$ 24.067,85
05/02/2019	TRANSPACIFIC (***)	198/10	Emissão de Passagens Aéreas	R\$ 5.894,17
14/02/2019	DANIEL LEITE DE NADAI	307/2016	Bolsa de estágio no Fórum Popular do Orçamento	R\$ 918,86
27/02/2019	INTELIDOC ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS (**)	252/14	Tratamento arquivístico e digitalização de documentos. (média mensal)	R\$ 1.006,50
27/02/2019	SESIN BRASIL LTDA	252/14	Fornecimento e implantação de GED - Gestão Eletrônica de Documentos. (média mensal)	R\$ 430,57
28/02/2019	PRIMAVIDA ODONTOLOGIA DE GRUPO LTDA (**)	24/13	Plano odontológico para os empregados e seus dependentes	R\$ 516,52
05/03/2019	MCP - ADVOGADOS E CONTULTORES	552/13	Assessoria Jurídica	R\$ 9.756,07
30/03/2019	SPECTRANET CONSULTORIA LTDA	427/15	Manutenção do Website do Corecon-RJ	R\$ 1.279,92
02/05/2019	BRUNO LINS AVILA FERREIRA	064/2017	Bolsa de estágio no Fórum Popular do Orçamento	R\$ 918,86
02/05/2019	HELLEN FERREIRA MACHADO	064/2017	Bolsa de estágio no Fórum Popular do Orçamento	R\$ 918,86
31/05/2019	SANTA CASA CARD (**)	113/08	Auxílio Funeral	R\$ 214,16
16/06/2019	PROCOB SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA (**)	86/09	Assinatura de site de busca para SEREG	R\$ 230,32
06/07/2019	DIGIRATI INFORMÁTICA SERVIÇOS TELECOMUNICACÕES (**)	047/05	Hospedagem do site e contas de email	R\$ 170,90
02/08/2019	KAIKE COMÉRCIO E SERVIÇOS	229/16	Aluguel de Copiadora	R\$ 448,00
05/08/2019	SODEXHO PASS (**)	144/12	Fornecimento de Vale Alimentação e Refeição	R\$ 22.133,58
27/08/2019	CDL RIO	341/12	Assinatura de site de busca para SEREG	R\$ 93,76

01/09/2019	MANAGER AUD. CONS. E CONTABILIDADE	260/14	Assessoria de Contabilidade	R\$ 5.169,11
08/09/2019	MULTICOM PRODUÇÃO E CONTEÚDO	203/16	Gerenciamento de redes sociais	R\$ 3.199,00
15/09/2019	ALTERDATA TECNOLOGIA EM INFORMAÇÃO	596/13	Manutenção do software da folha de pagamento	R\$ 350,29
03/11/2019	TELEFONICA DO BRASIL S.A.	026/04	Serviços de Acesso a Internet	R\$ 175,05
31/12/2019	EDIOURO GRÁFICA E EDITORA LTDA	191/18	Serv. de Fitolito e Rodagem do JE	R\$ 6.900,00
Até encerramento do processo	HUMBERTO JANSEN MACHADO	007/98	Assessoria Jurídica referente ao Processo movido pelo ex-empregado Walter Tauil	R\$ 4.770,00
Total - Média mensal				R\$ 112.486,79

(**) Estimativa. Valor pode variar em função da quantidade

(***) Média mensal

2.5.4 – Transferência de Recursos:

Processo	Descrição	Valor
50/18	Apoio Institucional - I Workshop Demand-Led Growth - UFRJ	R\$ 5.000,00
72/18	Apoio Institucional - Encontro Regional de Economia da Região Sudeste - CAECO/UERJ	R\$ 20.000,00
73/18	Apoio Institucional - XXIII Encontro Nacional de Economia Política - UFF	R\$ 22.000,00
74/18	Apoio Institucional - Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração - UFRRJ	R\$ 5.000,00
81/18	Apoio Institucional - XI Encontro Nacional da AKB	R\$ 20.000,00
109/18	Apoio Institucional para o XXVI Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia	R\$ 20.000,00
110/18	Apoio Institucional para a VII Semana de Economia da Universidade Federal Fluminense de Campos	R\$ 1.000,00
150/18	XXXIII Congresso da Ange - Apoio Institucional	R\$ 20.000,00
155/18	Apoio Institucional - ônibus para estudantes para participação na FENECO	R\$ 15.000,00
163/18	Apoio Institucional - Movimento dos Atingidos por Barragens	R\$ 4.000,00
170/18	Apoio Institucional para o XXX ENE	R\$ 10.000,00
172/18	Apoio Institucional - 4º Congresso do Centro Internacional Celso Furtado	R\$ 5.000,00
237/18	Apoio Institucional para o XLVI Encontro Nacional de Economia da ANPEC	R\$ 15.000,00
Total 2018		R\$ 162.000,00



2.6 – Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos:

O monitoramento das ações é feito de forma contínua, através do acompanhamento e do cumprimento das atividades previstas no Plano de Trabalho, elaborado anualmente. Ao final de cada exercício é elaborada a Prestação de Contas, considerando todas as informações quantitativas e qualitativas que cada secretaria ou setor produziu durante o ano.



3 – Governança

3.1 – Descrição das Estruturas da Governança:

3.1.1 – Doze comissões de trabalho, criadas pelo Plenário, compostas pelos seguintes conselheiros não remunerados:

3.1.1.1 – Alienação de bens

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

3.1.1.2 – Análise do acervo da Biblioteca

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

Conselheiro Sergio Carvalho Cunha da Motta

3.1.1.3 – Avaliação de materiais de divulgação do Conselho e do Centro de Estudos para o Desenvolvimento

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

3.1.1.4 – Conselho Editorial do Jornal dos Economistas

Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda

Conselheiro Gilberto Caputo Santos

Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro Sergio Carvalho Cunha da Motta

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha

Conselheira Gisele Mello Senra Rodrigues

Conselheiro João Manoel Gonçalves Barbosa

Secretário Executivo Wellington Leonardo da Silva

Ecn. Paulo Sergio Souto

3.1.1.5 – Cursos

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

3.1.1.6 – Licitações

Conselheiro Antônio dos Santos Magalhães

Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

Secretário de Administração e Finanças Guilherme Tinoco Oliveira dos Anjos

Secretária de Fiscalização Mônica Silva



3.1.1.7 – Fórum Popular do Orçamento

Economista Luis Mário Behnken - Coordenador
Bruno Lins Ávila Ferreira - Estagiária
Hellen Ferreira Machado - Estagiária
Daniel Leite De Nadai - Estagiário

3.1.1.8 – Política Econômica

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares

3.1.1.9 – Prêmio de Monografia Economista Celso Furtado

Conselheiro André Luiz Rodrigues Osório
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheiro Marcelo Pereira Fernandes

3.1.1.10 – Relações com instituições acadêmicas

Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

3.1.1.11 – Semana do Economista

Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheira Andrea Bastos da Silva Guimarães
Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheiro José Antonio Lutterbach Soares
Conselheiro José Ricardo de Moraes Lopes
Conselheiro Miguel Antônio Pinho Bruno
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos

3.1.1.12 – Tomada de Contas

Presidente: Conselheiro Sidney Pascoutto da Rocha
Conselheiro Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Conselheira Flávia Vinhaes Santos
Conselheira Regina Lúcia Gadioli dos Santos
Conselheiro Gilberto Caputo Santos
Conselheiro Sergio Carvalho Cunha da Motta

3.1.2 – Relação dos dirigentes:

3.1.2.1 – Conselheiros Efetivos



1º TERÇO: (2017-2019)

Arthur Camara Cardozo (Licenciado)
João Manoel Gonçalves Barbosa
Regina Lúcia Gadioli dos Santos

2º TERÇO: (2018-2020)

Antônio dos Santos Magalhães
Flávia Vinhaes Santos
Jorge de Oliveira Camargo

3º TERÇO: (2016-2018)

Carlos Henrique Tibiriçá Miranda
Sidney Pascoutto Rocha
José Antonio Lutterbach Soares

3.1.2.1 – Conselheiros Suplentes

1º TERÇO: (2017-2019)

Andréa Bastos da Silva Guimarães
Gisele Mello Senra Rodrigues
Marcelo Pereira Fernandes

2º TERÇO: (2018-2020)

André Luiz Rodrigues Osório
Gilberto Caputo Santos
Miguel Antônio Pinho Bruno

3º TERÇO: (2016-2018)

Arthur Cesar Vasconcelos Koblitz
José Ricardo de Moraes Lopes
Sergio Carvalho Cunha da Motta

3.1.3 – Estrutura Administrativa: Todos os ocupantes a partir daqui são empregados remunerados.



3.1.3.1 – Secretaria Executiva: Encarregada da supervisão de todas as demais secretarias e da execução das ações definidas pelo Plenário.

Composição:

Secretário Executivo: Chefia a Secretaria e todas as demais. Ocupada em 2018 pelo Economista Wellington Leonardo da Silva.

Secretária do Presidente e do Secretário Executivo: Paula Vanessa Bastos C. de Araújo

Auxiliares de Serviços Gerais I: Alisson Souza Cunha

Maria Helena Conceição da Silva

Chana de Arruda Couceiro

3.1.3.2 – Secretaria de Administração e Finanças: Encarregada da gestão de pessoal, contas a pagar, compras e manutenção e do acompanhamento da execução de contratos e da interface com a contabilidade. Seu ocupante é o substituto do Secretário Executivo em seus impedimentos.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2018 pelo Economista Guilherme Tinoco O. dos Anjos.

Assistente Administrativa V: Elza Maria Paranhos de Andrades

Assistente Administrativo IV: Domingos da Silva Matos

Assistente Administrativo I: Vitor de Oliveira Xavier

Assistente Administrativo I: José Teixeira Ferreira

3.1.3.3 – Secretaria de Registros: Encarregada do registro das pessoas físicas e jurídicas, emissão da carteira de identidade profissional dos economistas, das interfaces dos registrados com a Autarquia, da cobrança das anuidades devidas e da relação com a Assessoria Jurídicas nos processos de execução fiscal e nos derivados de cancelamentos de registros.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria. Ocupada em 2018 pelo Economista Josivaldo de Lira.

Assistente Administrativo IV: Samuel Moreira Gomes

Assistente Administrativo IV: Silvia Maria Noronha Mussumesci

Assistente Administrativa III: Karina Aparecida Costa de Barros

Assistentes Administrativos I: Thiago Vaz Barbosa

Cláudio Silva de Andrade

3.1.3.4 – Secretaria de Fiscalização: Encarregada da fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, que exercem a profissão, do monitoramento dos concursos públicos e das ofertas de trabalho existentes no mercado, de forma a preservar as prerrogativas profissionais dos economistas, da instrução e condução dos processos de ética profissional e da relação com a Assessoria Jurídica no que diz respeito aos processos administrativos sob sua responsabilidade.

Composição:

Secretário I: Exerce a chefia imediata na Secretaria e seu ocupante em 2018 foi a Economista Monica Assunção Silva.

Assessor de Fiscalização: Economista Victor Hugo Campos Reis Alves

Assessor de Fiscalização: Economista Alberto Barroso Neto

Assistente Administrativo I/Fiscalização: Cássia Gammara Saleiro

3.1.3.5 – Cursos: Responsável pela gestão dos cursos de aperfeiçoamento profissional oferecidos pela Autarquia.

Composição:

Coordenadora: Exerceu a chefia imediata em 2018 a Sra. Claudia Oliveira Colares Valentim.

Assistente Administrativo I: Luiz Augusto de Souza Barros

3.1.3.6 – Biblioteca: Responsável pela guarda dos processos administrativos de registro e fiscalização das pessoas físicas e jurídicas, livros, DVDs e demais publicações existentes na Autarquia.

Composição:

Bibliotecária: Exerce a chefia imediata na Biblioteca e sua ocupante em 2018 foi a Bibliotecária Elisiene Gomes da Silva e Silva.

Assistente Administrativa III: Márcia Cristina Ayres dos Santos

Estagiária: Pollyanna Regina Gonçalves Pereira

3.1.3.7 – Assessorias Externas:

Contábil: Manager, Auditoria, Consultoria e Contabilidade Ltda.

Jurídica: Peixinho, Cacao & Pires, Consultoria & Advogados Associados

Imprensa: Diagrama Comunicação

Informática: NTL – Nova Tecnologia Ltda

3.2 – Atuação da Unidade de Auditoria Interna:

No que diz respeito à estrutura e procedimentos de controles internos a responsabilidade é da Secretaria de Administração e Finanças supervisionada pela Secretaria Executiva. Eles também são analisados e checados pela Assessoria Contábil externa, pela Comissão de Tomada de Contas interna e pelo Plenário que discute e aprova ou não seus relatórios, e pela Comissão de Tomada de Contas do Conselho Federal de Economia e por seu Plenário, que analisam e aprovam, ou não, as prestações de contas trimestrais e anuais.

3.3 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos:

Não foram apontadas quaisquer não-conformidades e ilícitos por parte das Comissões de Tomada de Contas interna e externa.



3.4 – Gestão de risco e controles internos:

O Corecon-RJ segue as determinações do TCU quanto a aplicação financeira. Os recursos estão aplicados em poupança e em Letras do Tesouro Nacional, eliminando qualquer risco de perdas com investimentos.

No que concerne a cobrança, é importante registrar que o Corecon-RJ possui um controle sistemático em relação às anuidades vigentes e passadas, fazendo cobranças periódicas de inadimplentes. Ainda assim, perdurando a inadimplência, o Corecon-RJ faz anualmente inscrições em dívida ativa e execução fiscal.

Quanto a obediência às leis e regulamentos, o Corecon-RJ segue às determinações do Tribunal de Contas da União, do Conselho Federal de Economia e às leis que regem a Administração Pública, em especial as Leis 4320/63 e 8666/93. O Corecon-RJ conta com uma Assessoria Jurídica externa para auxiliar em quaisquer demandas de natureza jurídica.

3.5 – Política de remuneração dos administradores e membros de colegiados:

Nenhuma remuneração é paga aos Conselheiros do Corecon-RJ.

3.6 - Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada:

Em 2018 não foi contratada empresa de auditoria independente

4 – Áreas Especiais da Gestão:

4.1 – Gestão de Pessoas

4.1.1 – Estrutura de Pessoal da Unidade

a) Demonstração da Força de Trabalho:

Em 31 de dezembro de 2018, o Corecon-RJ possuía 24 empregados, conforme quadro funcional abaixo:

EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA EXECUTIVA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALISSON SOUZA CUNHA	11/06/1973 (45 anos)	20/04/1998	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
MARIA HELENA CONCEIÇÃO DA SILVA	17/04/1966 (52 anos)	09/04/2001	CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I/LIMPEZA	Nível Fundamental Completo
PAULA VANESSA BASTOS CARVALHO DE ARAÚJO	15/12/1971 (47 anos)	21/02/2006	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA DA PRESIDÊNCIA E EXECUTIVA I	Superior Completo
WELLINGTON LEONARDO DA SILVA	21/10/1959 (59 anos)	15/06/1998	CLT	SECRETÁRIO EXECUTIVO	Superior Completo
CHANA DE ARRUDA COUCEIRO	12/01/1984 (34 anos)	05/11/2015	CONCURSO PÚBLICO - CLT	AUX. DE SERV. GERAIS I-SERV.INTERNO/EXTERNO	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE REGISTRO					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIO SILVA DE ANDRADE	14/01/1965 (54 anos)	02/04/2007	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/REGISTRO	Superior Completo

JOSIVALDO DE LIRA	29/01/1969 (50 anos)	19/08/2008	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I / REGISTRO	Superior Completo
KARINA APARECIDA COSTA DE BARROS	12/09/1976 (42 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/REGISTRO	Nível Médio Completo
SAMUEL MOREIRA GOMES	15/10/1965 (53 anos)	05/02/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Nível Médio Completo
SILVIA MARIA NORONHA MUSSUMESCI	18/03/1964 (54 anos)	23/12/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REGISTRO	Superior Completo
THIAGO VAZ BARBOSA	06/03/1984 (34 anos)	21/01/2009	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/REGISTRO	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
ALBERTO BARROSO NETO	23/02/1992 (26 anos)	27/02/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
CÁSSIA GAMARO SALEIRO	05/08/1985 (33 anos)	30/06/2017	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ FISCALIZAÇÃO	Nível Médio Completo
MONICA ASSUNÇÃO SILVA	25/07/1985 (33 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIA I/FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
VICTOR HUGO CAMPOS REIS ALVES	25/09/1990 (28 anos)	25/01/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSESSOR DE FISCALIZAÇÃO	Superior Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE CURSOS					

NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
CLÁUDIA OLIVEIRA COLARES VALENTIM	10/08/1976 (42 anos)	22/01/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	COORDENADORA DE CURSOS I/CURSOS	Superior Completo
LUIZ AUGUSTO DE SOUZA BARROS	28/03/1970 (48 anos)	07/04/1995	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO II/CURSOS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE
DOMINGOS DA SILVA MATOS	24/02/1957 (61 anos)	02/02/1987	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/CONTAS A PAGAR	Nível Médio Completo
ELZA MARIA PARANHOS DE ANDRADES	22/12/1958 (60 anos)	21/07/1986	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO IV/REC. HUMANOS	Nível Médio Completo
GUILHERME TINOCO OLIVEIRA DOS ANJOS	05/04/1979 (39 anos)	21/09/2005	CONCURSO PÚBLICO - CLT	SECRETÁRIO I/ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	Superior Completo
JOSÉ TEIXEIRA FERREIRA	31/05/1966 (52 anos)	07/08/2018	CARGO EM COMISSÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO/INFRAESTRUTURA	Nível Médio Completo
VITOR DE OLIVEIRA XAVIER	27/01/1985 (33 anos)	02/06/2014	CONCURSO PÚBLICO - CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I/ COMPRAS	Nível Médio Completo
EMPREGADOS LOTADOS NA BIBLIOTECA					
NOME	DATA DE NASCIMENTO	DATA DA ADMISSÃO	FORMA DE INGRESSO	CARGO	ESCOLARIDADE

ELISIENE GOMES DA SILVA E SILVA	25/04/1988 (30 anos)	25/03/2013	CONCURSO PÚBLICO - CLT	BIBLIOTECÁRIA I/BIBLIOTECA	Superior Completo
MARCIA CRISTINA AYRES DOS SANTOS	02/02/1959 (60 anos)	01/09/1998	CLT	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO III/CONVÊNIOS	Nível Médio Completo

Considerando a tipologia dos cargos ocupados, o Corecon-RJ conta, ao final de 2018, com vinte e quatro empregados efetivos.

Além do quadro funcional próprio, o Corecon-RJ conta, dentro de suas dependências, com quatro estagiários e dois técnicos de informática terceirizados. Dos quatro estagiários contratados, três são cedidos ao Fórum Popular do Orçamento (entidade subsidiada pelo Corecon-RJ) e um estagiário está lotado na Biblioteca.

b) Processo de Ingresso de Empregados:

Não foram feitas contratações feitas em 2018 por meio de concurso público, cujo prazo foi encerrado em 2016.

c) Qualificação da Força de Trabalho:

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	de 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Empregados Efetivos	3	6	6	8	1

Tipologias do cargo	Quantidade de Empregados por Nível de Escolaridade					
	Analfabeto	Alfabetizado sem cursos regulares	Primeiro grau incompleto	Primeiro grau	Segundo grau ou técnico	Superior
Empregados Efetivos	0	0	0	0	13	11

d) Terceirização da Mão de Obra:

Em relação aos contratos terceirizados, em 2018 o Corecon-RJ manteve um contrato de assessoria de informática. Os dados do contrato é representado na tabela abaixo:

Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados			Situação
					Início	Fim	F	M	S	
2013	3- Informática	Ordinária	Manutenção de equipamentos de informática e administração de redes locais	NTL NOVA TECNOLOGIA LTDA - CNPJ: 35.185.480/0001-07	2013	2018	0	1	1	Ativo Prorrogado

4.1.2 – Demonstrativo das Despesas com Pessoal:

Despesas com Pessoal		
Vencimentos	2017	2018
Salários	R\$ 1.406.337,46	R\$ 1.495.157,37
Férias e 13º Salário	R\$ 158.352,07	R\$ 177.516,07
Indenizações	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Assistência Médica e Odontológica	R\$ 205.592,01	R\$ 272.140,58
Vale Refeição/Alimentação	R\$ 224.177,80	R\$ 247.392,82
INSS	R\$ 357.416,69	R\$ 350.578,95
FGTS	R\$ 125.449,76	R\$ 157.929,08
Demais Despesas (Auxílio Creche e Reajuste por mérito)	R\$ 20.896,35	R\$ 26.937,93
Total	R\$ 2.498.222,14	R\$ 2.727.652,80

4.1.3 – Gestão de Riscos relacionados ao Pessoal:

Conforme determinação do TCU, o Corecon-RJ adota a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT como regime de trabalho e realiza concursos públicos para a contratação de pessoal. Para dar conta de eventuais ações de cunho trabalhista, o Corecon-RJ possui Assessoria Jurídica especializada em direito do trabalho.

Atualmente, o Corecon-RJ possui uma pendência em termos trabalhistas (Processo Nº 0769413-95.1900.4.02.5101) cujo reclamante pleiteia um valor aproximado de R\$1.000.000,00. De forma dirimir os riscos de uma eventual decisão judicial



desfavorável, o Corecon-RJ destinou créditos adicionais no orçamento para esta finalidade.

4.2 – Gestão da Tecnologia da Informação

4.2.1 – Principais Sistemas de Informações

Os principais sistemas de informação que o Corecon-RJ utiliza são:

- Siscaf: Desenvolvido pela empresa Implanta Informática LTDA – CNPJ nº 37.994.043/0001-40. Este sistema é responsável pelo controle de cadastro, emissão e recebimentos de anuidades do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's.

- Siscont: Desenvolvido pela empresa Implanta Informática LTDA – CNPJ nº 37.994.043/0001-40. Este sistema é responsável pelo controle contábil e orçamentário do Corecon-RJ. Foi contratado pelo Conselho Federal de Economia, que disponibiliza sem ônus para os Corecon's. Atualmente, é utilizado pela Assessoria Contábil do Corecon-RJ – Manager Auditoria Consultoria & Contabilidade Ltda.

- Folha de Pagamento: Desenvolvido pela empresa Alterdata Tecnologia em Informática LTDA – CNPJ nº 36.462.778/0012-12. Este sistema é responsável pela emissão da folha de pagamento.

- Poseidon: Desenvolvido pela empresa Sesin Brasil Prestação De Serviços De Tecnologia Da Informação LTDA - CNPJ Nº 14.634.282/0001-93. Trata-se de um sistema de Gestão Eletrônica de Documentos – GED, para visualização de documentos que já foram digitalizados. Em 2015, o sistema foi customizado às necessidades do Corecon-RJ e implantado.

- AFIN: Desenvolvido pela empresa Easy System Informática Ltda – CNPJ nº 18.469.063/0001-57. Trata-se do sistema responsável pelo controle financeiro e contas a pagar. O sistema foi implantado em 2007 e não houve necessidade de contratação de manutenção mensal.



5 – Relacionamento com a Sociedade:

5.1 – Canais de acesso do cidadão:

O Corecon-RJ possui uma página na internet (www.corecon-rj.org.br) onde constam todas as informações relevantes às pessoas físicas e jurídicas registradas e ao público em geral. Entre os tópicos disponíveis na página, podemos destacar:

- Formalidades para o registro de pessoa física e jurídica: informações, formulários, documentação, etc;
- Jornal dos Economistas: versão em pdf de todas as edições do jornal a partir de 2001;
- Fiscalização: registro das ações da Secretaria de Fiscalização, espaço para apresentação de denúncias, emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica e Certidão de Acervo Técnico, etc;
- Legislação: leis, decretos e resoluções que regulamentam o exercício da profissão e as atividades do Corecon-RJ;
- Prestação de Contas: informações contábeis e financeiras dos últimos 5 anos;

A página do Corecon-RJ conta ainda com diversos artigos, livros digitais, vídeos, convênios e informações sobre eventos promovidos por esta autarquia.

Em relação às formas de contato, a página do Corecon-RJ disponibiliza todos os telefones e e-mails dos responsáveis por cada secretaria ou setor.

Além da página na internet, o Corecon-RJ possui ainda contas no Facebook e Twitter.

5.2 - Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

O Corecon-RJ ainda não possui um sistema específico de avaliação capaz de medir a satisfação dos registrados e do público em geral, porém as reclamações são destinadas e tratadas no âmbito de cada secretaria.

5.3 - Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A página do Corecon-RJ na internet possui um item destinado a Prestação de Contas, onde são apresentados todos os cheques emitidos por mês pelo Corecon-RJ nos últimos cinco anos, contendo data, beneficiário, descrição da despesa e valor. São apresentados ainda os balancetes orçamentários e financeiros de cada exercício – Comparativo de Receitas e Despesas, Balanço Financeiro, Demonstrativo de Variações Patrimoniais e Balanço Patrimonial.

Além da Prestação de Contas, consta também um link específico de “Acesso a Informação” com todas as informações relevantes sobre a gestão da unidade.



5.4 - Medidas para garantir a acessibilidade aos produtos, serviços e instalações

Em virtude do Corecon-RJ estar localizado num prédio comercial, que conta com quatro elevadores em frente à portaria, não há qualquer obstáculo para o acesso de pessoas deficientes. Os dois andares pertencentes ao Corecon-RJ são planos, não havendo qualquer problema de mobilidade. Mesmo assim, em alguns casos especiais e havendo necessidade presencial, quando comprovada a dificuldade de locomoção, o Corecon-RJ envia o portador à residência do registrado ou interessado.

A Secretaria de Registro, através de solicitação, remete as carteiras de identidade profissional, via correio, aos economistas que residem fora do município do Rio de Janeiro.

Mensalmente, o Corecon-RJ envia aos seus registrados e adimplentes o Jornal dos Economistas pelos correios, disponível na internet. Com o objetivo de difundir o debate da ciência econômica, o Jornal dos Economistas também é distribuído junto aos outros Conselhos Regionais de Economia, faculdades, diretórios acadêmicos, estatais e outras instituições interessadas.



6 – Conformidade da Gestão e Demandas dos Órgãos de Controle

6.1 – Tratamento de determinações e recomendações do TCU

O Tribunal de Contas da União, através do Processo nº TC 034.652/2018-3, fez recomendações no que se referem a exigências de atestados e certidões na licitação Tomada de Preços nº 02/2018. No edital original, estava prevista a exigência de 03 atestados de qualificação técnica e certidões negativas de protesto de títulos e execução fiscal. Segundo o TCU estas exigências não estariam expressamente previstas na Lei 8666/93 frustrando o princípio da competitividade. O TCU também questionou a modalidade de licitação utilizada, recomendando a utilização do pregão eletrônico. A Comissão de Licitação portanto revogou a licitação e seguiu as recomendações feitas pelo TCU em novo edital.

6.2 – Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

6.2.1 – Tratamento das Recomendações da Comissão de Tomada de Contas – CTC

Não houve recomendações por parte da Comissão de Tomada de Contas do Corecon-RJ. Os balancetes trimestrais foram aprovados pela CTC por unanimidade e submetidos ao Plenário do Corecon-RJ.

6.2.2 – Tratamento das Recomendações da Auditoria Externa e da CTC/Cofecon

A Comissão de Tomada de Contas do Cofecon aprovou todos os balancetes trimestrais apresentados. A Comissão fez apenas uma ressalva quanto ao alto índice de inadimplência, recomendando identificar o maior número de economistas inadimplentes em dívida ativa, excluindo os economistas falecidos e outros casos que permitam a baixa no cadastro.

6.3 – Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Não se aplica. Não houve qualquer ocorrência de dano ao erário do Corecon-RJ.

Resultados e Conclusões

De uma forma geral, os objetivos traçados para o exercício de 2018 foram concluídos com sucesso ou, em alguns casos, estão em andamento. Destacamos que a situação administrativa e financeira do Corecon-RJ, conforme descrita neste relatório, encontra-se controlada e sólida. Concluimos que a Gestão de 2018 obteve êxito em



todos os sentidos, principalmente no que diz respeito à fiscalização e valorização da profissão de economista.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 2018

José Antônio Lutterbach Soares
Presidente